

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

ATA Nº 034

PRESIDENTE - DEPUTADO WILSON SANTOS

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Invocando a proteção de Deus, e em nome do povo mato-grossense, damos início a esta Audiência Pública que tem por objetivo discutir a situação do desmatamento em Mato Grosso, isto mesmo, do desmatamento em Mato Grosso, suas consequências, as alternativas do fim do desmatamento, da restauração florestal e estratégias para um desenvolvimento incluso e sustentável em nosso Estado.

Ao mesmo tempo, também, vamos comemorar os 25 anos de atuação da defesa do meio ambiente de Mato Grosso pelo Instituto Centro de Vida-ICV.

Convido para compor a mesa o colega decano desta Casa, Deputado Saturnino Masson, ex-Prefeito por duas oportunidades do Município de Tangará da Serra; o Sr. André Torres Baby, Secretário Executivo da Secretaria de Estado de Meio Ambiente, neste ato representando o Sr. Vice-Governador, Carlos Fávaro, atual Secretário de Estado de Meio Ambiente, muito obrigado, Baby; o Sr. José Antônio de Castro Leite Nogueira, Exmº Secretário Adjunto de Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado de Mato Grosso, neste ato representando a Srª Secretária Luzia Helena Trovo Marques de Souza; o Sr. Antônio Donato Nobre, que é PHD, cientista e pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, o INPE, e do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia-INPA.

Antônio Nobre, muito obrigado. Está conosco desde cedo.

Convido, também, para compor a mesa o Sr. Sérgio Guimarães, Presidente de Honra do Instituto Centro de Vida, principal estimulador da realização desta Audiência Pública.

Muito obrigado, Sérgio, que está de aniversário. Vinte e cinco anos do ICV.

Também, convido para compor a mesa o Sr. Vinícius de Carvalho Araújo, Presidente do MT PAR, muito obrigado, Vinícius, pela presença; a Srª Caroline Correa Nóbrega, pesquisadora do Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia - IPAM; Sr. José Juarez Pereira de Faria, Superintendente de Desenvolvimento Florestal da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico - SEDEC.

Então, temos à mesa representantes de três Secretarias de Meio Ambiente, da SEMA, da SECITEC e da SEDEC.

O Estado de Mato Grosso é protagonista mundial na produção de alimentos. Sabemos dessa vocação extraordinária do Estado que é algo muito recente nessa história de 300 anos de Mato Grosso. Podemos dizer que isso, na verdade, está entre 30 a 50 anos efetivamente.

Os ciclos econômicos que Mato Grosso viveu começaram com a caça ao índio no final do Século XVII, primeiras décadas do Século XVIII, que permite o surgimento de Cuiabá, em 1719, a mineração do ouro, especialmente do ouro, porque o diamante a metrópole portuguesa não abria mão e o mantinha como monopólio exclusivamente da coroa. Ninguém tinha autorização para tocar no diamante aqui na colônia. Então, o ouro foi essencial. Foi um ciclo muito importante, muito

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

forte, que garantiu a descoberta de Cuiabá e fez de Cuiabá, naquela década primeira de 1720, a comunidade mais populosa do Brasil de toda a colônia.

Eu venho assistindo a minissérie *Liberdade, Liberdade*. Não perco um capítulo e quando perco a minha esposa tem que relatá-la toda para mim. É uma minissérie fantástica que a *Globo* está produzindo, que pega um pedaço desse momento, sobre a filha de Tiradentes, Joaquina, até provavelmente o processo de independência. Muito interessante!

Então, nós vivenciamos tudo isso com o ciclo do ouro. E naquela década, 1720, Cuiabá tinha mais população do que São Paulo. Tinha mais população do que a Capital do Brasil que era Salvador, tanto é que a metrópole determina ao Governador de São Paulo, Dom Rodrigo César de Menezes, que se desloque para Cuiabá e permaneça aqui durante um tempo. E ele vai para Cuiabá e Cuiabá passa ser a Capital de toda Capitânia de São Paulo. Durante dezoito meses ficou nessa condição, nesses *status*. Daqui de Cuiabá o Governador da enorme Capitania de São Paulo governava, em nome da metrópole portuguesa, todos os interesses da metrópole portuguesa.

Muito bem, após isso tivemos a criação da Capitânia de Mato Grosso. Então, separamo-nos de terras paulistas. Em 1748 Dom João V cria duas capitânias no mesmo dia pelo mesmo ato, Goiás e Mato Grosso, ambas separando-se de São Paulo. E vamos ficar nessa condição de capitânia autônoma até a independência, 1822. Nesse período cria-se a Capital, que é Vila Bela da Santíssima Trindade, lá no limite, no antimural da pátria, empurrando os espanhóis, enfrentando-os o mais longínquo possível para que a colônia tivesse a maior extensão territorial possível naquele momento.

Então, vamos viver um ciclo muito voltado para a segurança, um ciclo voltado para a manutenção do território conquistado. Daí surge em várias cidades, Corumbá... Primeiro em Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752; depois em Corumbá, em 1778; depois Cáceres, também, em 1778; e, depois, Poconé em 1781 e a construção dos dois quartéis em Porto Murtinho, no Forte de Coimbra, e em Rondônia o Forte Príncipe da Beira, construindo toda essa divisa com os castelhanos. Então, naquele momento Mato Grosso vivia basicamente para consolidar os territórios conquistados e alargados em nome da metrópole.

A partir de 1801 com a assinatura do tratado de Badajós, entre Portugal e Espanha, finalmente as brigas territoriais aqui terminam. Então, há uma pacificação. A Capital é transferida para Cuiabá. Cuiabá começa a tomar novamente corpo, passa a ser uma praça comercial importante. E logo, em 1821, o Governador Francisco de Paula Magessi de Carvalho traz para Cuiabá, capital... Por sinal ele só pôs o pé em Vila Bela da Santíssima Trindade uma vez. Governou toda a capitania daqui, de Cuiabá, sempre, como o seu antecessor João Carlos Augusto Von Oeynhausen-Gravembourg.

Então, nós vivenciamos o processo de independência que eu me referi aqui à *Minissérie Liberdade, Liberdade*.

Com a independência você tinha basicamente Cuiabá, não existia Campo Grande, não se falava em Dourados, não existia Coxim, absolutamente nada disso. Você tinha Corumbá, no Sul; você tinha Cuiabá, Poconé, Cáceres. E Mato Grosso acabava na Região de Rosário Oeste, Diamantino.

Ninguém ousava subir além, tanto é que o primeiro município que vai surgir, Sérgio, é Porto dos Gaúchos, em 1953, 1954, que eram alemães que provavelmente querendo distância da guerra vieram para Rio Grande e de lá migraram e fundaram Porto dos Gaúchos. Nós vamos, então, no processo de independência ver, também, a transferência da Capital para Cuiabá. E

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Cuiabá, então, torna-se a Capital, de fato e legal, por uma decisão deste Parlamento, desta Casa, em 1835, pela Lei nº 19.

A economia, muito rara, sobrevivia de repasses da Coroa, mínimos, e a com a independência de repasses do Governo Federal, agora instalado no Rio de Janeiro. As distâncias eram enormes, não tínhamos contato nenhum por rodovia, por ferrovia, aerovia. Uma viagem de Cuiabá ao Rio de Janeiro levava-se, em média, quatro, cinco meses. E era um Estado enorme, constituído por Rondônia, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul atualmente. Todo Mato Grosso era isso. 90% de Rondônia, todo o atual Mato Grosso e todo atual Mato Grosso do Sul é o que nós chamávamos de Capitania de Mato Grosso, Província de Mato Grosso, e vivia, miseravelmente, do ponto de vista econômico, cada um se virando como podia. A pobreza era imensa nesse interior.

Para se ter uma noção, quando chegamos à Guerra do Paraguai, em 1864, a população mato-grossense de todos esses três atuais Estados não chegava a 80 mil pessoas, menos o que é a população do CPA hoje. Era um deserto completo.

Com a Guerra do Paraguai, os paraguaios fecham a única via que tínhamos de contato com o Brasil, que era o rio Paraguai, os rios da Bacia Platina, e ficamos isolados aqui, completamente, por vários anos. E fim da Guerra do Paraguai, Mato Grosso e o Brasil passam a ter profundas transformações sociais e econômicas.

A grande consequência do fim da Guerra do Paraguai para nós é a entrega pelo Imperador Dom Pedro II a um gaúcho por sobrenome Laranjeiras que ganhou a concessão, por várias décadas, por explorar a erva-mate no Sul do Mato Grosso e cria ali uma empresa privada que tinha um orçamento maior que do Estado de Mato Grosso, a companhia Mate Laranjeira.

Aqui começam a surgir as primeiras usinas de açúcar no chamado Rio Abaixo. Conceição é a primeira, depois vamos ter Flechas, algum em Cáceres, Ressaca, Maravilha, e aqui de Santo Antônio para baixo, chamado Rio Abaixo, vamos ter um polo açucareiro em Mato Grosso expressivo.

Desse modelo açucareiro sairá um líder empresarial que governará Mato Grosso num momento trágico, de muita disputa, inclusive chega a ser assassinado no exercício do mandato. São os ciclos econômicos que este Estado atravessa.

Aqui ao Norte começam, logo após a Guerra do Paraguai, os trabalhos de extrativismo da borracha. O Sul vivia do extrativismo da erva-mate, por meio de uma concessão dada a uma empresa gaúcha, que depois se consorcia com um grupo de cuiabanos de sobrenomes Murinho, os Murinhos, que acabam comprando a Companhia Joaquim Murinho. E aqui, mais ao norte, que chamavam de norte, a borracha, no Médio Norte mato-grossense.

Vamos ter também o extrativismo vegetal da poaia, Sérgio. Aqui, mais ou menos, de Barra do Bugres até Vila Bela muita poaia, uma pequena raiz que era exportada para Londres e Estados Unidos para produção de remédios para doenças estomacais, gastrite, úlcera, e vamos ter o início da pecuária do pantanal.

Essa é a nossa economia. Basicamente não havia nenhuma degradação ambiental. Zero. O extrativismo vegetal com degradação zero. Então, quero ligar agora o assunto nosso aqui. Estou fazendo uma retrospectiva histórica.

E quando é que começa tudo isso e a preocupação nossa de estarmos debatendo de maneira civilizada, de alto nível? Começa quando o regime que chega ao Poder, a partir de abril de 1964, um governo militar tecnocrata, resolve e tem uma proposta clara para a Amazônia. A primeira proposta de segurança nacional; depois, de ocupar, integrar para não entregar. Integrar a Amazônia para não entregá-la. Essa era a proposta do regime militar tecnocrata. E a criação da SUDAM.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

A criação da SUDAM é muito importante nesse processo, Deputado Saturnino Masson. A SUDAM é uma política de incentivos fiscais agressiva, aguda, para a Amazônia. Mato Grosso está na Amazônia Legal até hoje. Somos o Estado que mais se beneficiou com os incentivos da SUDAM, em toda a história da SUDAM, desde os anos 60 até agora. E notadamente o capital que aumentava e concentrava no eixo Rio-São Paulo começa, então, a tomar conhecimento dos incentivos fiscais da SUDAM e começa a ocupar terras de Mato Grosso, no Araguaia, no Médio Norte, para cima de Mato Grosso.

Aliado a esse processo de ocupação do capital, o Governador José Fragelli foi decisivo nesse momento, quando ele vende aproximadamente 2 milhões de hectares de terras, de 71 a 75, e permitindo o surgimento de novos centros urbanos, que hoje são cidades das mais importantes para o Estado e para o País, com a vinda de colonizadores experientes do norte do Paraná e do Estado de São Paulo: Ênio Pepino, Colíder Melhoramentos, João Carlos Meirelles e, o mais expressivo de todos, Ariosto da Riva, que compram imensidão de área e desenvolvem processos de ocupação.

Sinop hoje tem aproximadamente 130 mil habitantes; Sorriso tem hoje 80 mil habitantes, aproximadamente; Lucas do Rio Verde, 60 mil; Nova Mutum, 40 mil; Alta Floresta, já chegou a quase 100 mil habitantes; o Vale do Arinos, com cidade de 30, 40, 25, várias cidades desse porte. O norte tem hoje mais de 1 milhão e 200 mil habitantes.

Tudo isso, como eu digo, são águas que vão sendo somadas, vão somando águas, um corguinho, mais um corguinho, mais um corguinho, vai somando água, vai somando água, daqui a pouquinho vira rio, vira rio, vira mar e vira oceano. E nós temos hoje um Estado com aproximadamente 40% de todo seu território desmatado. E sempre tem dois modos de ler uma mesma notícia, os pessimistas afirmam: 40% desmatados! Os otimistas dizem: 60% preservados. Os dois estão certos!

Agora, o que nós queremos para os bebês que estão sendo produzidos agora? Para os nossos netos que ainda vão nascer? Como vai ser Mato Grosso em 2200? Passa tão rápido! Não é?

Em 1816, Dom João VI estava aqui, tinha criado o Banco do Brasil, a Biblioteca Nacional, o Parque da Tijuca. Como passou rápido Dom João VI! Nós vemos em minisséries, séries, novelas, falando dele. Depois o filho veio e proclamou a Independência, Pedro Regencial, Guerra do Paraguai, Dom Pedro II, República... Veio todo mundo: Deodoro, Floriano, Prudente, Campos Sales, Rodrigues Alves, Afonso Pena, Hermes da Fonseca, Venceslau, Delfim Moreira, Epitácio, Arthur Bernardes, Washington, Getúlio, o cuiabano Gaspar Dutra, Getúlio, de novo, Café Filho, Juscelino, Jânio, João Goulart, Castelo, Arthur, Médici, Geisel, João Figueiredo... Opa! Comecei a lembrar, Sarney, Collor, Itamar, Fernando Henrique, Lula, Dilma, Temer, todos os Presidentes do Brasil. Como passa rápido! Este Parlamento tem o dever, este Parlamento tem a obrigação, de tratar de temas sérios para a sociedade.

Perdemos alguns minutos com tantas bobagens e eu tenho o privilégio de apresentar, sim, o Requerimento propondo esta audiência.

Lamento porque propomos temas seriíssimos, importantes, e poucos Deputados prestigiam.

Quero mais uma vez agradecer o meu colega correligionário, decano desta Casa, homem experiente, maduro, com extraordinários serviços prestados a Mato Grosso, Deputado Saturnino Masson, pelo prestígio, homem que viu também toda a ocupação daquela região do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Chapadão dos Parecis, que viu nascer Tangará da Serra, Nova Olímpia, Campo Novo dos Parecis, Sapezal e Brasnorte.

Meu pai, Sérgio, mediu terras no Rio Cravari em 1962, tempo em que não existiam estradas e pontes neste Estado – 1962! Ele pegou uma leishmaniose e quase morreu.

Imaginem que Mato Grosso ele viu.

O Estado é protagonista mundial na produção de alimentos. A seguir sua vocação, deve ampliar sua produção nas diferenças área da cadeia produtiva da terra, líder em soja, algodão, pecuária e com potenciais imensos na área florestal, também de arroz, milho e tanta outras.

Recentemente foi construído pelo Governo e diversas organizações da sociedade mato-grossense a estratégia Produzir, Conservar e Incluir-PCI, apresentado pelo Governador do Estado durante a COP 21, em Paris, com repercussão amplamente positiva.

A estratégia visa reduzir a emissão de gases de efeito estufa e se baseia em três eixos de ação: produzir, conservar e incluir.

Foram estabelecidas como metas a substituição de 06 milhões de hectares de pastagem de baixo rendimento por cultivo de alta produtividade; o manejo florestal de 06 milhões de hectares florestas nativas; a restauração de 2 milhões e 900 mil hectares de APPs; e o aumento de 20% para 70% da participação da agricultura familiar nos mercados de alimentos através do aumento de assistência técnica e do acesso à crédito.

Com as metas estabelecidas pelo acordo de Paris, os compromissos das empresas globais, estabelecer cadeias de fornecimento sem desmatamento, as conquistas alcançadas em Mato Grosso com a redução de desmatamento em anos anteriores e o aumento da produção agropecuária configuram um cenário de grandes oportunidades para o Estado de Mato Grosso. Entretanto, alguns desafios permanecem, como o fim definitivo do desmatamento no Estado, que teve um recrudescimento de cerca de 40% entre os anos de 2014 e 2015 em relação ao período anterior, saltando de 1.075 quilômetros quadrados para 1.508 quilômetros quadrado de acordo com o PRODES.

O PRODES é um Programa de Desenvolvimento?

(O SR. NÓBREGA FALA FORA DO MICROFONE – INAUDÍVEL.)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Um Programa de Monitoramento e Desmatamento.

Foi aquele que começou com Dante aqui no Estado, não é? Via Satélite? Do INPE. Muito obrigado, Dr. Nóbrega.

Além disso, a implementação de todos os eixos de ação propostos implicam também em fortes desafios que incluem a sistematização e implementação de técnicas e arranjos para alavancar os financiamentos necessários à reorientação do setor produtivo e empresarial ao apoio à agricultura familiar e à conservação.

Frente a esses desafios o envolvimento do terceiro setor das diferentes esferas do Governo, Executivo e Legislativo, da sociedade civil, da academia e de organizações dos setores econômicos é fundamental.

Quero também falar um pouquinho sobre o aniversariante.

Na verdade foi dia 06, não é Sérgio?

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES – Dia 14 de abril.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Dia 14 de abril.

A agenda de Audiências Públicas estava muito lotada e só conseguimos fazê-la agora. Então, praticamente, 25 anos e 02 meses?

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES – Vinte cinco anos e dois meses, comemoramos hoje.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Comemoramos hoje.

O Instituto Centro de Vida, ICV, foi fundado em 14 de abril 1991. É uma organização da sociedade civil de interesse público, um OCIP, de direito privado, caráter científico e cultural. O ICV é autônomo, apartidário e não tem fins lucrativos. Tem declaração de utilidade pública estadual.

O trabalho do ICV consiste em construir soluções compartilhadas na área da sustentabilidade que visem conciliar a produção, com a conservação e recuperação dos ecossistemas naturais e de todos os seus serviços.

Isso é feito com base em estudos e análises, bem como experiências práticas no campo sempre buscando a participação efetiva e ativa dos atores locais neste processo.

O leque de ações realizadas pelo ICV abrange os campos da governança ambiental e das políticas públicas em nível estadual e em nível nacional e também das iniciativas locais.

A visão de futuro do ICV coaduna com o desenvolvimento sustentável necessário no cenário atual.

Mato Grosso tornando-se referência em governança ambiental e controle do desmatamento com as áreas protegidas efetivamente conservadas e manejadas; uma produção agropecuária e florestal pautadas em práticas sustentáveis e uma agricultura familiar fortalecida com base agroecológica.

Diante do exposto, quero solicitar uma salva de palmas ao ICV pelos seus 25 anos de serviços prestados a Mato Grosso e ao Brasil. (PALMAS)

Consulto o nobre Deputado Saturnino Masson se deseja usar a palavra.

Com a palavra, o nobre Deputado Saturnino Masson.

O SR. SATURNINO MASSON – Bom dia a todos!

Cumprimento o Presidente desta Audiência Pública, Deputado Wilson Santos, os demais membros da mesa.

Ouvir o Deputado Wilson Santos é um privilégio, aprendemos bastante. É muito bom ouvir e aprender com Vossa Excelência.

Quero cumprimentá-lo e desejar um bom trabalho nesta Audiência Pública.

Eu vim mesmo para aprender, porque suas aulas de história são muito importantes, e ouvir os demais.

Não vou poder ficar até o final, porque tenho um compromisso fora, mas vim prestigiá-lo e, como disse, aprender.

Desejo a todos que possamos tirar o melhor desta Audiência Pública tão importante, que fala de Mato Grosso, do meio ambiente, do nosso futuro, do nosso Estado, Estado tão importante da Federação.

Então, desejo um bom dia e um bom trabalho a todos. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado, Deputado Saturnino Masson, por prestigiar esta importante Audiência Pública, que debate o desmatamento em Mato Grosso e comemora os 25 anos do ICV.

Passo a palavra ao primeiro palestrante, que é o Dr. Sérgio Guimarães, Presidente de Honra do Instituto Centro de Vidas-ICV, com o tema “O futuro de Mato Grosso livre de desmatamento”. Dr. Sérgio Guimarães tem até quinze minutos para a sua palestra. Depois ouviremos o Dr. Antônio Nobre, outros palestrantes e, ao final, abriremos a palavra para o debate.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Com a palavra, o Sr. Sérgio Guimarães.

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES - Bom dia a todos!

É uma alegria, Deputado Wilson Santos, estar aqui nesta Casa participando desta Audiência Pública em comemoração ao aniversário do ICV, aos trabalhos que vêm sendo desenvolvidos. Estamos aqui juntos de diversos segmentos da sociedade e desta Casa para, depois dessa brilhante aula de história que nos deu o Deputado Wilson Santos, fazermos um zoom, Deputado, desse momento que vivemos e para olharmos, principalmente, para o futuro.

Acho que o que vamos discutir, hoje, o tema do desmatamento, é o tema das oportunidades de futuro de um Mato Grosso sem desmatamento, portanto é muito interessante.

Queremos agradecer a presença do cientista, pesquisador e nosso amigo Antônio Nobre, que fez um esforço para estar presente para compartilhar conosco os seus conhecimentos da relação entre desmatamento e clima.

Agradeço, também, a presença da Caroline, do IPAM, que veio nos mostrar alguns estudos muito recentes sobre o que já está acontecendo em Mato Grosso com relação às mudanças climáticas.

Podemos dizer que o ICV vem buscando contribuir com a sustentabilidade, a continuidade e o fortalecimento dos processos econômicos e da sociedade no Estado de Mato Grosso.

Também queremos dizer que o título de utilidade pública do ICV, de 1995, é de autoria do Deputado Wilson Santos. Ele não lembrava. Esses dias atrás falamos disso, e ele não lembrava, mas é dele.

O ICV é uma organização social de interesse público reconhecida pelo Ministério da Justiça, é uma OSCIP, em que procuramos trabalhar com base em alguns princípios: da base científica; da consistência científica do nosso trabalho; da transparência; da participação dos segmentos da sociedade; da busca da justiça ambiental, Deputado, que é um tema importante; e da busca de soluções e alternativas sustentáveis que beneficiem todos os segmentos da sociedade.

Dando um zoom nesse tema, Deputado, ao mesmo tempo em que Mato Grosso entra nesse processo de ser um ator importante na produção mundial de grãos, na produção mundial de produtos agrícolas, o processo de desmatamento que vem ocorrendo no Estado nessas duas ou três últimas décadas é um processo muito rápido. Temos hoje cerca de 27 milhões de hectares abertos no Estado, aproximadamente, e esse conjunto de áreas abertas está começando a comprometer o ecossistema, os recursos hídricos, o clima, como também e principalmente a própria produção agrícola.

Todos os insumos da moderna produção agrícola são controláveis, eles são produzidos: solo, produtividade, semente, tudo isso o sistema controla, menos um insumo, que se chama chuva.

O desmatamento e as alterações do clima provocadas pelo próprio desmatamento estão comprometendo a própria produção.

Este ano nós ouvimos falar nos jornais de atrasos no início do plantio, de prejuízos estimados em até 2 bilhões de dólares na produção e de redução em Mato Grosso de até 2 milhões de toneladas na produtividade. Não sei se, ao final, isso se verificou, mas eram projeções que aconteceram durante a safra.

Na realidade, aconteceram quebras significativas em algumas áreas, tudo isso por alterações do clima. Então, é fundamental, e isso se coloca...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Você me permite um aparte, Dr. Sérgio?

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Na cultura do milho, há uma tragédia hoje em Mato Grosso e no Brasil. Tivemos uma perda do milho aqui em Mato Grosso e em algumas regiões que chegou a 50%. Notadamente, aqui de Primavera do Leste para a região leste foi uma tragédia! O preço do milho nunca esteve tão alto como agora, o que refletirá no frango, no suíno, que se alimentam também do milho. Então o que você está dizendo eu ouço aqui constantemente do Deputado Zeca Viana, que é produtor e tem nos trazido as informações extremamente preocupantes com o que aconteceu com o período chuvoso na região leste de Mato Grosso.

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES - Exatamente, Deputado.

Nessa preocupação com o desmatamento, nosso amigo Antônio Nóbrega fez um estudo, que está em andamento, em que faz um pergunta muito interessante da importância da manutenção da floresta: Por que Querência tem uma safra e Lucas do Rio Verde tem duas, sendo que uma fica na mesma latitude da outra. Por que isso? E pela resposta dele - é um estudo que está em andamento - a diferença se chama Parque do Xingu. As nuvens que passam por cima do Parque do Xingu se recarregam e o nível de chuvas, de pluviosidade da região de Lucas do Rio Verde permite uma safra a mais, uma safrinha, que Querência não permite, porque está do outro lado, as nuvens têm uma direção.

Então o que queremos discutir hoje e já estamos discutindo é a importância de como compatibilizar a continuidade dessa produção e até mesmo a sua ampliação com a manutenção da floresta que existe e a recuperação florestal de áreas degradadas, porque segundo os estudos climáticos não só o desmatamento precisa ser zerado como é preciso recuperar florestas para que possamos sair da zona de alto risco.

Então, é essa discussão e as vantagens.

Os números - eu até trouxe uns números aqui para mostrar, mas o Deputado já adiantou - que nós temos no momento em Mato Grosso indicam 40% de aumento do desmatamento de 2014 para 2015. Os números preliminares que vão ser consolidados, agora, em julho, mostram que vamos ter, no mínimo, em 2016 um desmatamento semelhante ao de 2015.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Mas quanto?

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES - A percentagem de aumento será menor, mas se manterá aproximadamente no patamar de 1.500 Km², que é muito desmatamento. Mato Grosso não precisa disso. Se imaginarmos 1.500 Km² para termos uma ideia, o pessoal gosta muito de comparar com campo de futebol, com hectare, mas eu não consigo visualizar muito isso. Para eu tentar visualizar 1.500 Km² é uma estrada de 1.500 quilômetros de comprimento por 1 quilômetro de largura para termos, mais ou menos...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - É, mais ou menos, um sétimo do Estado de Sergipe.

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES - É! Exatamente! É mais ou menos para conseguirmos uma estrada daqui a...

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Sergipe deve ter 23.000 Km². Mais ou menos, um sétimo a cada ano.

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES - A cada ano.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Então, Mato Grosso já fez um trabalho importante no sentido de redução do desmatamento que estava numa faixa de 5.000 mil, chegando, tendo alguns picos e, hoje, está nessa faixa de 1.000.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - O que seria aceitável, Sérgio? Zero?

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES - Desmatamento zero e ilegal.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Porque tem o legal e o ilegal. Isso eu gostaria que você explicasse, porque o cidadão médio não entende. O que é desmatamento legal e ilegal?

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES - Então, eu vou explicar aqui.

Nós temos hoje – talvez, o André possa nos auxiliar -, o desmatamento autorizado pela SEMA. Se considerarmos desmatamento ilegal todo desmatamento que não é autorizado, 97% dos desmatamentos são ilegais.

O SR. ANDRÉ TORRES BABY - Ilegal!

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES - Ilegal.

Não é isso, André?

Quantas autorizações deram?

O SR. ANDRÉ TORRES BABY - Eu não tenho o total, mas estimula-se que o desmatamento legal foi na ordem de 30 a 40% e o que seria passível de ser penalizado seria na ordem de 40%.

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES - Então, mas o número que eu tenho é esse. O número do passível de desmatamento é nesse número que você falou, em torno de 70%. Para colocarmos aproximadamente 70% do desmatamento é ilegal, do que é passível. Do que é autorizado é menos ainda. Então, nós estamos falando de 1.000 Km² aproximadamente de desmatamento ilegal. Então, ilegalidade é ilegalidade. O próprio setor, e tem algum tempo que interagimos com a FAMATO, com o setor, reconhece que não há necessidade de continuar desmatando.

Tem um gráfico que é muito claro, de 2005, que mostra que quando o desmatamento começou cair de uma forma significativa, a produção continuou crescendo. Ela descola do desmatamento, ou seja, tem muita área para ser utilizada. A pecuária pode ampliar a sua produtividade de uma forma dramática e áreas podem ser convertidas para a ampliação da agricultura.

Então, é essa a discussão que é importante e que é importante que a sociedade de Mato Grosso faça e que a Assembleia Legislativa faça, para que os segmentos produtivos, que os segmentos da sociedade façam para que possamos chegar ao desmatamento ilegal zero e que, também, possamos chegar ao desmatamento zero. É claro que quem tem direito de desmatar continua tendo o direito de desmatar, mas é fundamental encontrarmos incentivos, compensações, para que não seja um bom negócio desmatar e para que possamos manter a floresta atual e restaurá-la.

O nosso próximo palestrante vai falar da importância de recuperarmos floresta e a própria estratégia PCI falada pelo Deputado Wilson Santos prevê a restauração florestal de 1 milhão e 900 mil hectares que não é uma meta simples. Há toda uma necessidade de articulação, toda uma necessidade de capacitação, toda uma necessidade de definição de políticas públicas e de financiamento para que isso possa acontecer.

(O SR. DEPUTADO SATURNINO MASSON ASSUME A PRESIDÊNCIA ÀS 09H49MIN.)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

O SR. SÉRGIO GUIMARÃES - Então, nesses vinte e cinco anos de ICV esta Audiência Pública vem para dar continuidade ao nosso trabalho para procurarmos, Deputado, contribuir com o desenvolvimento de Mato Grosso, com o desenvolvimento sustentável de Mato Grosso, com o desenvolvimento que privilegie todos os setores da sociedade e a manutenção desse meio ambiente de Mato Grosso. Porque, como colocou bem o Deputado Wilson Santos, numa perspectiva histórica, não podemos correr o risco de vermos comprometidos os nossos ciclos econômicos e de garantirmos a sustentabilidade e a continuidade de vivermos nesta região tão bonita e tão importante com os nossos rios, a nossa produção e a nossa alegria. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (SATURNINO MASSON) - Parabéns pela sua fala, muito importante.

Com a palavra o Dr. Antônio Donato Nóbrega, segundo palestrante.

O SR. ANTÔNIO DONATO NÓBREGA - Bom dia a todos!

Quero primeiro agradecer a oportunidade; agradecer a Assembleia Legislativa, ao Deputado Wilson Santos, que deu uma aula aqui, hoje, e vai ser difícil competir com a aula dele, porque a minha não é de história, mas, enfim... Agradecer o ICV que me trouxe aqui para trazer uma perspectiva, uma mensagem.

Queria começar com uma observação: houve um tempo em que a escravidão era legal. Nós vamos falar não sobre ilegalidade ou legalidade, nós vamos falar sobre realidade.

Então, eu estou trazendo hoje, aqui, uma série de pensamentos que tentei colocar dentro de um pacote que começa com as mudanças climáticas. Mato Grosso está no Centro Geográfico da América do Sul, mas ele não é em outro planeta, é nesse planeta que ocorre o Mato Grosso. E a ligação deste Estado com o resto do planeta, vocês, obviamente, tem o maior orgulho de dizer que passa pelo trato digestivo da humanidade, produzem alimentos não só da humanidade como dos animais que alimentam a humanidade e etc., mas também passa pelo funcionamento do clima. Essa consciência nós não temos. E digo, eu, tampouco, tinha essa consciência. Precisamos sair ao espaço, olhar a terra de fora para desenvolver essa consciência.

Eu vou começar com uma rápida introdução de: o que está acontecendo hoje no planeta? Pelo menos uma perspectiva assim bem superficial hoje, porque não temos tempo para nos estender e, tampouco, este não é o fórum para isso. Mas para colocar como um palco. Nós estamos vivendo hoje...

Na semana retrasada, eu passei aqui, em Cuiabá, e estava suando, porque estava em direção a Alta Floresta. Hoje Cuiabá está friozinho. Saí de São Paulo, que estava um gelo. Em Curitiba, em Santa Catarina era atração turística, neve, gelo, um frio glacial, um calor animal, às vezes.

Há um mês na Índia registraram 51°C de temperatura, o asfalto na rua estava derretendo.

Muitos desses extremos, embora tivessem sido previstos, nessa intensidade tão cedo não foram previstos. Então, está surpreendendo a comunidade que estuda isso. Cinquenta e um graus!

Se os senhores não têm noção do que é isso, tente colocar água de chuveiro nessa temperatura. É escaldante. Não dá, chega um momento que você precisa se isolar do ambiente, porque não dá para sobreviver.

Tem as tormentas com maior intensidade, vocês ouviram falar da microexplosões que ocorreram em Campinas, destrutivas; o furacão Katrina; secas e enchentes cada vez mais

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

frequentes, cada vez mais intensas. O que confunde, tanto quanto o frio e o calor, o excesso ou a falta de água. Cada agricultor sabe o que significa isso.

No Rio Grande do Sul, em 2014, com a redução de 4% na precipitação, exatamente no período da floração da soja, levou uma quebra de 65% de produção. Então, a agricultura é obviamente a primeira e a maior interessada de que o clima funcione bem, que não tenha altos e baixos, que se seja um clima ameno.

O que está acontecendo no clima? Sempre escutamos as pessoas falarem: “Deu a louca no clima”. Isso é conversa de elevador, conversa de supermercado. “Olha, você viu, está chovendo, está frio. Nunca vi isso antes.” Muitas vezes, alguns dizem: “Ah, não, isso já aconteceu tantas vezes, é normal, faz parte da variação natural.” E é fato, em muitos lugares da terra faz parte... E ficamos com essa percepção: “ah, mas, afinal, o clima mudando mesmo”.

O pior trabalho nos últimos 25 anos tem sido o cientista do clima.

Esse é aqui é Tom Cruise, vocês assistiram, em Missão Impossível. O avião ali é a Civilização, que não pode parar, tem que tocar para frente e tal. E o cientista do clima falando: “Olha – batendo lá -, cuidado, está mudando o clima”. Tem a ver com a sociedade humana, tem a ver com o que estamos fazendo. E o avião não dá a mínima. Ele não abre a porta. Então, durante 25 anos essa foi uma das profissões mais difíceis de exercer. Primeiro, porque é difícil prever o clima, cada vez com maior competência, cada vez melhor os cientistas conseguem hoje. E foi avisado, há 25 anos já tinha um modelo mostrando que o desmatamento estaria associado à redução de chuva. Esse é um conhecimento ancestral, não é da ciência moderna.

Se você vai às culturas tribais, em qualquer parte do mundo, a associação de floresta com chuva faz parte da cultura, sem ter satélite, sem ter supercomputador, sem ter nada. E além da dificuldade de ser escutado, quando tudo funciona bem, você não quer saber de médico. Concorda? Se está chovendo, para que vou me preocupar de ir ao médico?

O cientista do clima teve outro problema, também, porque fez associação da mudança climática com a emissão de gases do efeito estufa, gases contendo carbono, CO₂, metano, e etc., ele bateu de frente com um grande setor industrial, dominante, que é a indústria do petróleo, do carvão e associados.

Então, essa indústria tomou atitudes para garantir, para colocar em dúvida a ciência que foi produzida e durante 25 anos tiveram total sucesso. Descarrilaram o trem do alerta. O trem do alerta era o que a ciência já sabia há vinte e cinco anos, que não só o desmatamento, o aumento de gases, a modificação em escala planetária, geológica da interferência de uma espécie, que é a espécie humana, sobre o funcionamento do planeta, teria consequências funestas. Mas, com mercenários a soldos, pagos pela indústria do petróleo, conseguiram convencer os Governos que “não, isso é exagero, isso é demais”.

Eu vou falar bastante, também, de desmatamento. Vocês estavam falando da taxa deste ano que subiu. Taxa anual é o menos importante. É importante. É o juro que está mudando de um ano para outro. Mas o principal da dívida ninguém fala, e é só o que importa para o clima. Nós vamos ver isso.

(EXIBIÇÃO DE *DATASHOW*)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE - Muito bem, eu acho que não preciso mostrar... Hoje, até os republicanos, nos Estados Unidos, um Partido que tem muita dificuldade para aceitar que o aquecimento global era real e sendo real tinha a ver com a atividade humana.

Mas se vocês olharem aqui, 400 mil anos de dados para trás, da concentração de gás carbônico na atmosfera, vocês vão ver que a partir de 1950 a concentração na atmosfera passa do

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

que foi nos últimos 400 mil anos. Na realidade, milhões de anos para trás. Esses dados mostram só 400 mil anos.

Então, nós estamos vendo uma condição geológica diferente. Diferente, porque o gás carbônico responde por até 22% do aquecimento do planeta. Vou falar um pouco mais sobre isso.

Essa notícia aqui é má-notícia e é extremamente fácil de entender. Desde 1850, o aquecimento médio, vários meses do ano, é um relógio, é um espiral. Nós vemos que a terra está aquecendo.

Aquele limite de um grau e meio, olha só, 90, 2000, 2016, já está encostando aqui, março... Um grau e meio foi o que foi negociado em Paris para 2050. Cinco meses depois, já estamos encostando num grau e meio.

Sabe como se chama isso? Explosão, explosão exponencial. Quanto a isso eu acho que os climatologistas têm que fazer uma autocrítica porque não previram, previram que iam acontecer em 2050 e está acontecendo em 2016. O que se tem nos modelos é que se passar de 02 graus você já vai ter uma modificação perigosa do clima, ou seja, uma modificação que não tem mais volta, embora na academia, nos corredores, meus colegas acham que passamos do ponto de não retorno, porque o clima já está mostrando sinais de falência múltipla dos órgãos.

Essa é a realidade que eu escuto, que eu vejo.

Eu não tenho convicção sobre isso. Eu acho que nós estamos numa situação “expericlitante”. Esses dados aqui mostram uma coisa que era prevista para décadas e já está acontecendo. E vocês vão ver que há um descompasso enorme entre a realidade - isso aqui é temperatura medida, isso daqui não é projeção climática - da temperatura e a realidade da discussão sobre desmatamento.

Nós falamos em desmatamento para 2030. Acabar com desmatamento ilegal é lento, é um processo que não está em sintonia, não está em acordo com que está acontecendo.

O paralelo que sempre faço é com 1939 até 1942. Hitler estava invadindo vários países na Europa e o que os americanos estavam fazendo? Nada. Discutindo. Iam para Congresso, o Senado Americano não autorizou a constituição da ONU, era discussão daquela empurra, empurra, do jeito que eu vejo o desmatamento sendo discutido.

O que aconteceu? O Pearl Harbor. A partir daí os Estados Unidos fizeram um esforço de guerra, inclusive veio para a Amazônia com os soldados da borracha, que eles tiveram, e se não fosse isso nós estávamos falando alemão hoje, e não inglês.

Essa realidade do clima vai nos apontar para isso daqui.

Os senhores sabem o que é isso? Isso aqui é a Austrália. A Austrália é um deserto.

Vejam a quantidade de água aqui em volta, dos oceanos, que formam nuvens e não entram no desertor. Sabem por quê? Porque no deserto o vento vai da terra para o mar, ele não vem do mar para terra. Se o vento não sopra do mar para a terra, não tem água na terra e se torna um deserto.

Agora eu dei uma entrevista e o reporte me perguntou: “qual o problema de fazer irrigação?” Se ficar seco, se virar um desertor, fazemos um poço. Mas você está usando água fóssil e água fóssil um dia acaba. E aí, o que vai acontecer?

Então, essa realidade é uma realidade que nós já vivemos no Nordeste brasileiro. A chuva dá volta no Nordeste. É uma área de remanso atmosférico. Não chove lá. Por quê? Porque já está estabelecido um deserto.

É isso que estamos procurando.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Imaginem os senhores, fazendo um exercício de imaginação, que temos isso acontecendo aqui. O que terá significado toda essa fantástica trajetória, e eu tive uma aula de história hoje aqui. Eu tenho a suspeita que o senhor já foi professor, só suspeita, mas tudo bem, porque eu tive uma aula de história maravilhosa, espero que esteja gravada porque eu vou mostrar para os meus filhos.

E daí? Estávamos um dia desses discutindo no Supremo Tribunal Federal as ADINs do Código Florestal, tinham vários representantes do agronegócio lá, inclusive, ex-ministros e etc. e eu coloquei essa pergunta para eles: qual é a potência do agronegócio e chuva? O que você faz na agricultura sem chuva?

A Arábia Saudita fez pivô central. A Arábia Saudita, para quem não sabe, é um deserto hoje. Já teve floresta lá, por isso tem petróleo, há milhões de anos. Fizeram lá um poço e estão irrigando o pivô central. Fantástico! Tecnologia de ponta, e tal.

Você vai ao *Google earth*, qualquer um pode fazer isso, em cima da Arábia Saudita, procura aquelas bolinhas, várias delas estão brancas. Sabem por que estão brancas? Alguém sabe me dizer? Sal. Forma uma crosta de sal. Um clima árido não permite irrigação. É o caso do Nordeste. Se você pegar água salobra embaixo, coloca em cima, evapora e o sal fica.

Então, você precisa ter chuvas, você precisa ter mais chuvas do que evaporação, senão tem salinização. Tudo isso eu trago para acordar.

Entro no nosso tema aqui, Mato Grosso, o Sérgio já mostrou e eu vou mostrar muito rapidamente aqui o que tem sido chamado de água verde. Tem água cinza, tem água marrom e tem água verde. Água verde é a água que você usa, água industrial, água que você usa para produzir.

A agricultura tem um cordão umbilical ligado à chuva.

Essa é uma notícia que nem é muito recente, mas o Brasil exporta cerca de 112 trilhões de litros de água doce, 112 bilhões de toneladas de água, porque é água que você precisa para produzir a soja. Se você não tem a água você não produz o grão. Então, na realidade os países que não tem chuva e importam soja do Brasil estão importando água porque sem a água você não produz.

Mato Grosso superpotência do agronegócio. De onde vem a chuva? Vocês já ouviram falar, quem olha para o céu, o agricultor que é atento já viu que você tem uma direção predominante dos ventos que trazem chuva.

Esse é o estudo que o Sérgio mencionou, dessas duas localidades, Querência a leste e Lucas do Rio Verde; Querência numa área que era de floresta e Lucas do Rio Verde é uma pequena invaginação de cerrado, mas muito próximo da floresta, isso em termos históricos.

Exemplar de produção de grãos. Dois municípios que na primeira safra - eu tenho dados de 2011, um pouco desatualizados, mas é fácil conseguir os dados mais recentes -, e na segunda safra um contraste muito grande.

Querência tem uma safra por ano, já me informaram que estão conseguindo fazer a segunda safra, porque desenvolveram variedades de milho cresce com menos chuvas, mas enfim - esses são dados anteriores, históricos -, uma diferença de quase 400 mil toneladas. Quando eu fiz a estimativa, isso na safrinha, na época era equivalente a 80 milhões de reais por ano. E são dois municípios com a mesma latitude, mesma distância da Amazônia, a única diferença é que um está aqui e o outro está lá.

Olhamos os dados objetivos de chuva e temperatura, muito parecido os dois; aqui evapotranspiração, aqui também mostra que o comportamento da relação com a atmosfera é muito semelhante; aqui o balanço hídrico, ou seja, soma a chuva e subtrai a evaporação e você vê quando

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

tem mais chuva do que evaporação, as duas diferenças muito sutis entre a estação úmida aqui, janeiro a dezembro, e a estação seca aqui no meio, da estação seca.

Onde você vai ver a diferença? Quando você faz a contabilidade da água disponível para a planta. Que é aquela água no solo superficial, que é o que você precisa para produzir, água disponível.

No início das chuvas, outubro, em Lucas do Rio Verde você já tem água para semear, para começar já a cultura; em Querência você não tem. Ainda não começou a chover o suficiente para molhar o solo.

E no final da estação úmida, no começo da seca, é o inverso. Em Lucas do Rio Verde ainda tem água, que vai até o comércinho de abril; em Querência já secou.

Esses dois meses que faz com que Lucas do Rio Verde tenha só cinco meses de seca e Querência sete, é toda a diferença que permite a safrinha no vale aqui que inclui Sinop, Alta Floresta, etc.; do outro lado Canarana e Querência, que você tem praticamente um deserto sete meses por ano.

Muito bem! Eu vou pedir a ajuda do Antônio Nobre fazer uma explicação.

(RISOS)

(UM VÍDEO DO PRÓPRIO PALESTRANTE É EXIBIDO.)

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE - Muito bem, eu agradeço ao Antônio Nobre por me ajudar. (RISOS)

Nesses estudos tenho tido muito envolvimento e tenho atuado muito na divulgação, porque interessa à coletividade. Tem esse Projeto Rios Voadores que tornou esse conhecimento de domínio popular, ou seja, capturou a imaginação coletiva, na aventura de procurar os rios. O que é um rio voador? Um rio que não tem canal, ele flui na atmosfera, invisível. Só quando surgem as nuvens você vê.

Vamos voltar para Lucas do Rio Verde e Querência, para tentar entender o que justifica essa diferença de clima, de produção, de *output* que têm esses dois Municípios. Fizemos essas linhas, que são trajetórias médias mensais dos rios voadores que chegam lá, portanto rios que transportam ar seco ou ar úmido, dependendo de onde eles venham.

No mês de setembro, em nenhum dos dois lugares está chovendo. Aliás, para registro, isso está mudando. Houve tempo em que em setembro já chovia. Lá no tempo histórico a que o Deputado se referiu, chovia em setembro, começava a chover em meado de setembro. Esse era o regular para essa região de cerrado. Hoje já não chove mais em meados de setembro.

Em outubro, vocês veem que os rios que vão para Lucas do Rio Verde vêm, mais ou menos, da mesma região, passam pelo Nordeste, passam pelo Tocantins, passam por regiões desmatadas e chegam aqui nos Municípios.

Em novembro já começa a chover nos dois lugares.

Dezembro, janeiro, fevereiro...

Em março, já para de chover em Querência. Em abril ainda chove um pouquinho em Lucas do Rio Verde.

Depois vem a época seca.

Muito bem, o que estamos mostrando com isso? Que o rio de Lucas do Rio Verde, como ele falou, passa em cima da reserva do Xingu. Essa é a única diferença entre os rios voadores de um lugar e de outro, a única diferença. E é um esclarecimento importante. Eu acho! Eu acho que é um esclarecimento de que o agricultor deveria se conscientizar: de onde vem e onde está a cabeceira aérea desse rio que abastece a chuva.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Precisamos, falei isso lá no STF, descriminalizar São Pedro. São Pedro não é culpado. Ele não é criminoso. A chuva tem direta ligação - e a ciência tem hoje todas as ferramentas para mostrar, demonstrar e esclarecer - com o que fazemos na terra, terra em sentido minúsculo e Terra com T maiúsculo também. Vou falar daqui a pouco.

Então esses casos são históricos, mas está mudando essa história, porque a própria Reserva do Xingu está sendo degradada, está mudando a história.

Esse é o sumário: você tem o oceano azul lá, você tem o oceano verde aqui e ali você tem o quadrilátero da sorte. Por que eu chamo de quadrilátero da sorte? Porque aqui está o deserto do Atacama, os outros desertos da Terra, mas ali não é deserto, por causa da floresta e por causa dos Andes. No Acre é onde o vento faz a curva e no verão esse vento é cheio de umidade, traz umidade para cá e contraria a tendência dessa região ser deserta.

Quem tiver mais interesse, tem essa palestra que eu dei no TED. Está na *internet*, vinte minutos, dá para entender, eu explico melhor. Em suma para ter água tem que ter floresta. Se não tem floresta é só olhar os desertos do mundo, não vai ter água. É uma relação oposta: colocou floresta, puxa a umidade do mar para dentro do continente e faz chover; tirou floresta, inverte a direção do vento e você não tem mais chuva dentro do continente.

Agora as notícias ruins. Essa aqui é uma foto que fiz em cima da área do Xingu, indo de Canarana para uma das bases da reserva indígena. Vocês podem ver manchas de queimadas, está queimando a reserva do Xingu. Por que está queimando? Essa é a reserva do Xingu vista do satélite. São três anos de dados mostrando todas as áreas que foram queimadas. De 2010 a 2012, foram 30% da reserva queimados.

Eu estive com índios lá e perguntei. Eles fazem roças e eles usam fogo, só que eles dizem que historicamente jamais o fogo sai de uma roça e entra na floresta úmida. Eu já vivi tempo suficiente, cheguei aqui nos anos 80, na Amazônia, trabalhava primeiro com agricultura, depois com ecologia. Naquele tempo, ao acampar na floresta, se você tentasse fazer um foguinho, não fazia; se você tentasse acender fogo no chão da floresta, não acendia, porque era úmido! Agora já acende.

Então a reserva indígena do Xingu, que é o manancial de águas para esse vale produtivo, está secando, porque o vento que chega lá é vento seco, porque vem do outro lado, é o mesmo que chega em Querência. Está secando a floresta. Ao secar a floresta, está pegando fogo, está destruindo o manancial de água do vale produtivo, o que tem impacto direto na economia de Mato Grosso. Se quebrar a produção aqui nesse vale, afetará diretamente a economia de Mato Grosso.

Tem lá essa imensa usina de serviços ambientais, que é a floresta, que eu a chamo de maior parque tecnológico que a terra já conheceu. E o que está sendo feito na Amazônia? A nossa interação com aquela usina de serviços ambientais é meter motosserra, é meter trator com um correntão e meter fogo. Estamos transformando uma usina de serviços ambientais em gás.

Esse aqui é o desmatamento nos últimos dez anos. Está em vermelho. O que vocês esperam, o que esperamos, se está sendo destruído o funcionamento de um sistema que provia o berço esplêndido? Está no nosso hino. Não é? Deitado eternamente em berço esplêndido. O que vamos esperar? Clima inóspito. Desmatamento gera o clima inóspito!

Nesses últimos 40 anos, até 2013, foi desmatada uma área equivalente a três vezes o tamanho do Estado de São Paulo, duas vezes o tamanho da Alemanha, duas vezes o tamanho do Japão. Mas isso é desmatamento corte raso, eu vou falar daqui a pouco que tem outro tipo de desmatamento, que não é só o corte raso. Para se ter uma ideia do que significa isso, vou falar do principal da dívida. Não vou falar do desmatamento anual. Principal da dívida: o que representa três Estados de São Paulo desmatados em quarenta anos? É um trator como esse, com uma lâmina de 3

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

metros de largura viajando a que velocidade? Vocês têm noção ou não? Trator a jato, 726 quilômetros por hora durante 40 anos sem parar, *no stop*, nem dia nem noite. É esse o tamanho do principal da dívida do desmatamento. O clima vê o anual, o anual são incrementos, mas e o principal da dívida?

É como a nossa dívida pública. O banco tem lá um número, trilhões. Nós pagamos bilhões de juros todo ano e nos preocupamos com a variação de juros - a variação de juros é como o desmatamento anual -, mas e o principal da dívida? Ele que gera o drama no aumento anual, é o principal! Se vocês acham que a ideia do trator não é uma ideia suficiente, muita gente tem orgulho disso e fala: “Poxa! Eu desbravei.” Sei disso porque sou agrônomo de formação e trabalhei muitos anos com agricultura. “Desbravei. Por que agora estou na posição de bandido?” Na discussão do Código Florestal isso veio à tona muito fortemente. E nós temos colocado a seguinte perspectiva: Ninguém acusa de banditismo, acusamos e somos acusados de ignorância. Ignoramos, não sabemos, portanto fazemos.

Então, no caso, se for contar as árvores destruídas, foram 2.000 mil por minuto durante 40 anos, *no stop*. Cada árvore dessa produz um serviço para atmosfera. Se tira a árvore, você tira o serviço, ponto. É muito simples isso na realidade.

E aqui os dados de desmatamento do INP, na série histórica, desde 1988 até 2004, quando você tem um pico. Aqui em 1995 e 1996 foi uma época em que o Código Florestal, apesar de ser restritivo, não era aplicado.

A partir de 2004 o Governo Federal e o Ministério Público, a Polícia Federal e etc., com o INPE, também, começaram a aplicar o Código Florestal. Multas, perseguição e etc. e vemos uma queda precipitada. O que significa? Aplique a lei e funciona. Caiu 93% no Estado de Mato Grosso e 83% em toda Amazônia. Muito significativo isso.

Não sei se o Sérgio vai mostrar depois, mas ele tem um gráfico espetacular que mostra que despencou o desmatamento e aumentou a produção no Estado. Não existe uma relação direta entre desmatamento e produção. A maior parte do desmatamento é para a instalação de pasto de baixa produtividade, de baixa tecnologia. O desmatamento não interessa a ninguém, nem ao pecuarista. Não interessa, porque é um modo de ocupação primitivo, pouco desenvolvimento, pouco produtivo.

O que acontece a partir de 2012? Revogação do Código Florestal de 1965, criação da nova Lei Florestal. Está voltando a estourar o desmatamento novamente como os senhores falaram aqui. O que significa isso? Grave! Gravíssimo! O setor rural com sua superlativa representatividade no Congresso se voltou de costas para a ciência e implantou uma nova lei florestal que ignora a ciência. Dentre os vários estímulos ao desmatamento está a anistia aos desmatamentos anteriores.

Eu não vou nem entrar nas discussões aqui que foram muito extensas, mas o fato de que você anistia quem tinha feito uma coisa sabendo que não podia fazer, o tal do ilegal, é um estímulo direto. A pessoa fala: ah, vamos fazer de novo, porque eu quero uma área, estou com uma área ali de interesse. Às vezes, não é nem interesse da produção tecnificada, da produção esclarecida. É um interesse de grileiro. Nós sabemos como funciona o sistema lá na fronteira. Tanto em Mato Grosso como no Pará isso é muito sério.

E o desacoplamento com a atividade econômica. Então, primeiro até 2004 o PIB era um preditor de desmatamento. Aumentava o PIB, estourava o desmatamento. A partir de 2004 a 2012, que é quando o Código Florestal foi aplicado, desacoplou. Então, aumentou muito o PIB. No final do Governo Lula teve um ano que deu 7,5% e o desmatamento despencou. Foi para embaixo.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Então, não existe direta conexão entre desmatamento e produção econômica. A partir de 2012 inverte-se. Continua desacoplado com o PIB. Por quê? Estamos vivendo a fase mais grave de PIB, a história de décadas. O Brasil está no fundo do poço e o desmatamento está aumentando, desacoplou da economia. Tem a ver com a parte legal, tem a ver com a parte fundiária e etc. Então, isso é muito sério. Acho que é uma questão que merece toda atenção.

Além disso, é algo que, muitas vezes, o setor rural, os agricultores não querem pensar nisso, mas vamos ter que pensar. Quem trabalha com a agricultura depende da natureza não só pelas chuvas, pelas sementes, a vida. O agricultor basicamente é um cuidador. Ele põe a semente no solo e espera ela crescer. Cuida! Ele cuida. A floresta é o maior reservatório de vida concebível que já ocupou a face da terra. É a maior fonte de riqueza.

Sabem por que nós temos biopirataria? Não é porque tem ladrões lá fora e nós estamos sendo roubados. É por isso, também, mas é porque existe um valor ali, um valor que é entendido como valor por pessoas que estão em sociedades avançadas. Então, ele vem, pega uma aranha, pega uma folha, leva, estuda o que tem ali dentro com uma tecnologia fantástica, copia, patenteia e, depois, nós vamos à farmácia aqui pagar *royalties* para eles lá de alguma coisa que nós tínhamos aqui. Nós estamos calcinando. Nós estamos convertendo floresta em gás. É um grande crematório. Nós estamos cremando não só vida no sentido poético, também, mas estamos queimando tecnologia que podia estar nos ajudando, hoje. Nós poderíamos ter uma indústria. Mato Grosso poderia ter uma indústria biotecnológica ou de biomimética, uma nova engenharia, copiar soluções da natureza. A indústria tecnológica está entrando de sola nisso.

Fumaça é outro ponto que ninguém toca, porque o fogo é quase sagrado entre as culturas de produção. Precisa limpar uma área e etc, mas a fumaça mata a chuva de áreas que não foram desmatadas como o caso da Reserva do Xingu. Os elementos, a fuligem que tem na fumaça, geram muitas gotinhas de chuvas, ao invés de poucas, como tem uma floresta sadia e que não tem fumaça. E uma nuvem que choveria seca, não chove mais. E é por isso que na seca fica tão seca a floresta e pega fogo. Está produzindo danos imensos. O que eu estou chamando de mentira verde.

Nós falamos de 1.500 Km² e isso é corte raso, dados do PRODES. Isso não tem informação da degradação florestal. Vocês estão vendo aqui? Isto aqui é área degradada. Está verde. O PRODES não dá esse número. Sabem quanto que é? Não é monitorado todo ano, mas tem estudos que indicam. Essa degradação é duas vezes maior do que o corte raso. Estão falando de 1.500 Km²? Estamos falando de 3.000 Km² de degradação. No final para o clima, que é o que interessa, são 4.500 Km² danificados de florestas que já não funcionam mais.

Olhem aqui! Vocês já foram dentro da floresta. Vocês viram a área dentro que o “cara” entra dentro, bota o capim e deixa os troncos lá. O INPE não conta. Ele vê o tronco lá e fala: “Não, tem floresta aí.”. Mas para o clima não serve mais. Degradação! Estou chamando isso de mentira verde.

Muito bem, na conclusão dessa história já existe um julgamento em curso, um julgamento que não é feito pelo STF, que não é feito pela sociedade civil contra o ruralismo e nem ao contrário. É um julgamento feito pelo clima. O clima pode ser comparado a um juiz que sabe contar árvores, que não esquece e não perdoa. Então, não depende de mim, não dependendo dos senhores. Depende simplesmente da realidade, da física, da transpiração das árvores. Eu tenho transpiração tenho serviço. Se não tenho, não tenho mais o serviço. Esse é o julgamento que está em curso. Qual será a resposta da nossa sociedade a esse julgamento? Qual será a nossa posição? Vamos continuar brigando? Não, eu quero produzir, você não deixa e o outro fala: ah, você está destruindo a biodiversidade. Essa briga é uma briga de Pirro. É uma luta totalmente inglória. Temos que nos unir.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

E chegamos ao futuro climático da Amazônia que inclui obviamente Mato Grosso, não porque tem uma parte da Amazônia em Mato Grosso. Porque, como eu mostrei, os rios voadores... O Estado inteiro depende dos serviços providos pela floresta. E esse futuro já chegou.

Eu acho que...

É a Caroline que vai falar depois de mi? Você falará um pouco do que está mudando, o clima, mas eu vou falar dar uma geral.

Esse é o clima com o qual vocês cada vez mais terão que se acostumar, porque esse é o clima que foi fabricado com a ocupação desordenada. Esses dados são de 32 anos de chuva em Alta Floresta.

Vocês peguem os meses de dezembro, janeiro, fevereiro e tem uma pequena alteração, março, abril, maio, junho, julho e agosto, mas olhem setembro, outubro e novembro, que é o começo da estação úmida. É quando você vai lá plantar. Está em franca queda. Isso é detectável em várias áreas da Amazônia, principalmente nas áreas onde houve maior desmatamento. Isso foi previsto 20 anos atrás. Não nos deram ouvidos, mas já está acontecendo. E quando isso acontece começam a dar ouvidos.

Esta é a ampliação da estação seca. Aqui é como se fosse cada ano e aqui os meses do ano. Aqui você tem a estação úmida e aqui a seca e vê-se claramente essa tendência de aumentar a estação seca. No extremo esse aumento da estação seca faz com que emende lá, encosta lá e encosta lá. Aí é deserto. Acabou a chuva. Essa é uma realidade que já aconteceu no Sahel da África, também, por desmatamento e em outras regiões da terra.

Nordeste da China, a região da Manchúria, que é uma região produtiva, tinha floresta lá, foi cortada, hoje você tem poços lá com um quilômetro de profundidade que não pega mais água.

Essa ali é uma matéria que saiu na revista Exame: “As mudanças climáticas podem gerar um rombo financeiro trilionário”. Essa é a realidade no noticiário. Não precisa escutar o que estou falando, é só ler o noticiário. Rombo trilionário de dólares. Antes falavam de 2%, 3% do PIB mundial, hoje já estão falando de 30% do PIB mundial decorrentes das mudanças climáticas.

O que Mato Grosso vai fazer se não tiver para quem vender os seus produtos? Isso se contarmos que não vai continuar mudando muito, porque sabemos que vai continuar mudando o clima aqui no Mato Grosso. Então, qual é o futuro que nós vamos escolher? Está colocado na mesa.

Eu vou terminar a minha apresentação com algumas oportunidades que nós vemos. Eu já fui criticado por um dos lados por apresentar oportunidades. Falou: “Não, você tem que fazer uma mensagem que seja bastante apavorante para as pessoas se mexerem, porque se não tiver medo elas não vão agir”. Mas eu acho que nós temos que sempre colocar a perspectiva de acordo com a realidade. A realidade é gravíssima.

Eu acho e muitos colegas acham que nós passamos do ponto de não retorno, ou seja, o clima vai mudar, já está mudando, não vai mudar, não é mais futuro. Mas o que nós podemos fazer? Será que tem alguma coisa que nós podemos fazer? A sensação é: já estamos em queda livre no abismo do clima, mas tem uma corda pendurada aqui do lado. E se as pessoas despertarem e falarem: “Ah”! Eu posso segurar aqui na corda e não chegar ao fundo do abismo. Essa é a minha perspectiva.

Por isso, eu coloco esses cinco passos para recuperar o clima: primeiro, guerra total contra a ignorância. Nós temos que ter consciência, não eu de um lado, o senhor de outro, o outro de outro lado e brigando. Nós temos que ter consciência. Foi o que aconteceu na noite em que o Titanic bateu no iceberg. Teve uma parte da população do barco que não foi informada que estava

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

afundando o navio. E nós - no sentido climático existe uma analogia direta -, já abatemos no iceberg. Como disse o engenheiro que estava a bordo do Titanic: “Em uma hora estaremos no fundo do atlântico”. Eu acho que não vai ser uma hora para chegarmos num deserto ou num caos climático, mas está sendo acelerado, como mostrei por aquele gráfico espiral lá.

Então, a primeira coisa é esclarecer o que nós sabemos é propriedade pública. Atividade científica no Brasil é quase 100% financiada pelo Poder Público.

É direito da sociedade, é um direito dos agricultores, de quem está na liderança também, sim, se apropriar dessa informação e usá-la, não se colocar em contraposição como a indústria do petróleo fez. Agora a indústria do petróleo está nos Estados Unidos sofrendo processos judiciais que nem a indústria do tabaco. Eles tentaram esconder por tanto tempo que o tabaco era cancerígeno, perderam e hoje eles estão nos tribunais pagando bilhões de dólares em multas e etc.

Isso já está acontecendo com a indústria do petróleo e vai um dia vir acontecer.

Imaginem os senhores, como estamos vendo já, se estabelece essa realidade no qual o desmatamento produz um drama climático que afeta não só a agricultura, afeta cidades e as pessoas começarem a processar a agricultura por seus direitos. “Como é que vocês desmataram lá e acabaram com o nosso ciclo hidrológico?” Como vai ser isso? Se isso for parar nos tribunais? Já está. Está na mesa do Luiz Fux, do STF, que estava bastante receptivo a essa questão, porque ele também toma banho, tem torneira na casa dele e se faltar água para ele, ele vai falar: “Opa, o que fizeram aqui?”.

Segundo, desmatamento zero para antontem. Tem que parar de falar legal ou ilegal, é zero, porque é isso que interessa para o clima. Aí você fala: “Não, a agricultura tem direito de desmatar, porque a lei...” A lei foi feita de costas para a ciência, sei disso porque eu estava lá em várias audiências públicas no Congresso. Vários colegas, inclusive o ex-Governador de Mato Grosso, Blairo Maggi, vinha, batia nas costas e falava: “Não, está muito bom! É importante a ciência, etc.”. E na hora que fizeram a Lei ignoraram a ciência.

Como é que vai ser o futuro? O que as gerações futuras vão falar da nossa geração? Que nós ignoramos um conhecimento que tínhamos e fizemos algo que vai produzir um dano permanente de grande magnitude? Não é dano só para os passarinhos e borboletas, é dano para o bolso de todo mundo, porque mudou o clima arreventa a economia. O que nós vamos fazer?

É desmatamento zero! E só desmatamento zero já não é mais suficiente. Precisa acabar com o fogo, a fumaça e a fuligem. Existem métodos. A EMBRAPA tem várias soluções, tem um monte acumuladas dentro da academia que podem ser adotadas amanhã se quiserem, como muito exemplos airosos mostram, inclusive, em Mato Grosso, em Lucas do Rio Verde eu acho que tem um programa, Paragominas, no Pará, tem outro, Alta Floresta tem um que o ICV faz, maravilha, com 20% ou 10% da área ele produz mais carne do que com a área inteira.

Nós precisamos replantar floresta pelo interesse coletivo do clima. Não é só porque está escrito que eu tenho que recuperar uma área junto ao Córrego do Igarapé, é porque interessa. Nós precisamos recolocar aquelas prestadoras de serviços que são as árvores.

Então, o renascimento da Fênix. Ainda temos essa oportunidade, porque ainda chove. Se fosse um deserto seria bem mais difícil. Por quê? Porque a semente você coloca no solo e ela cresce. Essa é a tecnologia escondida e invisível sobre a qual está montado todo o setor primário, que é depender de uma tecnologia que tem 400 milhões de anos. As árvores têm 400 milhões de anos. Nós a colocamos lá e ela cresce. Está em nossas mãos fazer isso.

Já fizemos coisas grandiosas, como o Deputado colocou no início, na ocupação. Agora nos toca reocupar com essa perspectiva, não de discurso verde, mas interesse próprio,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

interesse coletivo, interesse econômico, interesse de sobrevivência e consciência das elites é o que estou falando. Eu tenho falado para que as elites despertem, senão, vamos terminar um dia na Queda da Bastilha. Quem sabe o que é a Queda da Bastilha? O Rei Luís XVI, o fausto, era podre, Palácio de Versalhes, e a população passando fome. Um dia alguém inventou a guilhotina. Isso vai acontecer. Um dia a sociedade.

Não existe riqueza acoplada do bem-estar coletivo, porque aí ela não tem mais segurança. Se você é rico no meio de um universo de pessoas miseráveis um dia você vai acabar sequestrado, vai acabar guilhotinado. Então, consciência das elites é alguma coisa absolutamente extraordinária.

No fechamento dessa parte, paisagens inteligentes. Já existem exemplos airosos no mundo inteiro.

Daqui é uma matéria feita pela *National Geographic*. Esta área aqui, nos Estados Unidos, que durante a década de 30 lá teve aquele *Dust Bowl*, uma seca muito grande e o solo foi erodido pelo vento. Uma coisa horrível! As pessoas passaram fome. Foi também depois da grande depressão que teve a quebra do sistema financeiro, em 1929, e essa área foi recuperada. Está aqui. Têm áreas impróprias e foi o que propusemos durante a discussão do Código Florestal.

Nós temos hoje satélites, supercomputadores, fazemos modelagens de terrenos, somos capazes de colocar... Um projeto que eu estava desenvolvendo - apresentei para os Deputados e para os Senadores, em 2011 - tem condições de dizer na propriedade da pessoa qual terreno ela deve preservar; qual terreno ela pode produzir e qual é o melhor para mecanização, obviamente, porque é o terreno menor em irregularidade, mas também para cessar o lençol freático. A ciência já tem essa capacidade hoje. Mostramos lá os mapas. Não são trinta metros do rio. Num lugar o brejo vai lá longe, em outro lugar ele vai mais perto. Você tem que seguir a parte orgânica, seguir a paisagem. Você não coloca um sapato quadrado, você coloca um sapato que se amolde ao seu pé.

A paisagem é orgânica, tem curvas, e o Código não contempla isso, porque ele é burocrático, aquela metragem e ponto.

Muitos agricultores reclamavam disso. Falam: poxa! Estou aqui com terra boa e não posso porque diz que tem que ter cinquenta metros.”

Por exemplo, área de nascente, nós fizemos as contas, eu fiz um estudo, é 0,2% da área do Brasil seria ocupada com um raio de cinquenta metros de nascentes, que é absolutamente necessário para você manter nascente.

O que é que fizeram? Diminuíram isso, ou extinguiram na maior parte, totalmente sem base científica.

Eu teria terminado nessa outra, mas têm só alguns *slides* e já não tenho mais tempo.

Então, fica esse apelo, essa mensagem, de que não existe incompatibilidade entre produção agrícola e preservação ambiental e recuperação florestal.

Nós não podemos pensar em desmatamento ilegal.

Em 2008 o governo brasileiro assumiu um compromisso de terminar com o desmatamento ilegal até 2015.

Em 2015 o Governo Federal anunciou, em Nova Iorque ou Paris, que o desmatamento ilegal vai terminar em 2030.

O que é que ele está dizendo? Pode continuar desmatando ilegal que eu não vou fazer nada até 2030. Certo? E o desmatamento está refletindo essa realidade.

Muito obrigado. (PALMAS)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito obrigado ao Horta, porque é uma família, são vários irmãos, não é, Antônio?

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Seis.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Todos nessa área sua?

O SR. ANTÔNIO DONATO NOBRE – Não. Somos quatro na área de ciência.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Muito bem. Parabéns! Parabéns à família Horta. O nome já tem tudo a ver, Nobre, Nobre. Já tem tudo a ver, Nobre.

Muito bem, foi uma verdadeira aula.

Eu quero convidar para compor a mesa a Dr^a Ana Luíza Peterlini, Promotora de Justiça do Estado de Mato Grosso e ex-Secretária de Estado da pasta de Meio Ambiente.

Uma salva de palmas a Dr^a Ana Luíza. (PALMAS)

Também quero compor a mesa com o Dr. Allan Valezi Jordani, Superintendente substituto do IBAMA, um órgão importantíssimo.

Peço uma salva de palmas pela presença do Dr. Allan. (PALMAS)

Antônio Nobre, ouvindo-lhe lembrei-me de um vídeo que eu assisti sobre o sistema solar. O físico explicando dizia que o planeta terra desaparecerá, será destruído. Não se sabe se daqui a mil anos, cinco mil, dez mil, mas todo o sistema será destruído. Ele vai desaparecer.

Então, a nossa luta na verdade é para retardar esse desaparecimento.

A justificativa dele era a de que no universo há meteoros, pedaços que desgrudam do sol e de outros planetas, que voam a velocidades altíssimas, que atingirão a terra, como atingirão outros planetas e satélites, e haverá a destruição definitiva.

Essa é uma questão que os físicos colocam muito claramente.

Então, a nossa luta aqui é pedir para esses meteoros passem o mais distante do planeta enquanto isso nós desaceleramos a velocidade de destruição do planeta.

Agora que fomos competentes em machucar o planeta, em destruí-lo, a humanidade merece esse prêmio, porque foi extremamente competente em fazer essa destruição tão rapidamente do planeta terra.

Eu quero passar a palavra à doutora Ana Luiza Peterlini. Quer deixar para depois? Tem outros palestrantes..

A SR^a ANA LUIZA PETERLINI – Quero falar depois da Caroline.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Então, vamos passar para a Caroline Correa Nóbrega, pesquisadora no Instituto de Pesquisas da Amazônia, IPAM, que vai falar sobre a expansão agrícola e as mudanças climáticas no Sudeste da Amazônia.

Carolina, quinze minutos está bom?

Quero que você abuse de sua capacidade de síntese.

Ouviremos depois também a doutora Ana Luiza, o André Baby, que são os palestrantes. Depois vamos abrir para os questionamentos e observações dos presentes.

Esta Audiência Pública está sendo transmitida ao Vivo pela *TV Assembleia Legislativa* e também pela Rádio FM-89.5, Audiência Pública que debate o desmatamento em Mato Grosso e comemora os 25 anos do Instituto Centro Vida, presidido pelo companheiro Sérgio Guimarães.

Com a palavra, Caroline Correa Nóbrega, do IPAM.

A SR^a CAROLINE CORREA NÓBREGA - Bom dia a todos e todas!

Bom dia, Deputado!

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

É uma responsabilidade falar depois dessas aulas, primeiro do Deputado, depois do Dr. Antônio Nobre, um pesquisador que realmente admiro.

Como o Deputado Wilson Santos já falou, eu sou pesquisadora do IPAM, sou doutora em ecologia.

Em nome do IPAM eu gostaria de agradecer a oportunidade de estar aqui e poder debater este tema tão importante, que é o futuro de Mato Grosso sem desmatamento.

Eu acho que ficou muito claro na palestra do Dr. Antônio Nobre o quanto este tema, debater esse tema, é imediato.

Nós já estamos vendo as mudanças acontecerem. Nós não estamos discutindo mudanças climáticas para o futuro, não é um futuro daqui a cinquenta, cem anos. Essas mudanças estão acontecendo e nós temos presenciado no dia a dia.

O Antônio Nobre já discutiu bastante mecanismos e como essas mudanças na Amazônia, no clima global, estão afetando o clima regional e como a floresta pode ser afetada por todas essas mudanças que estamos presenciando.

Vou focar nessa apresentação, a pedido do Sérgio, um estudo que nós do IPAM desenvolvemos, um estudo bastante recente, que focou especificamente na expansão agrícola de uma região, do Sudeste da Amazônia, e como isso afetou o clima local.

Então, irei discutir principalmente o efeito do impacto desse desmatamento no clima local.

Antes de começar, apresento um pouco quem é o IPAM.

O IPAM é uma organização não governamental científica que trabalha há 21 anos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia por meio da produção de conhecimento científico, análise e proposição de políticas públicas e desenvolvimento de estratégias nacionais e subnacionais para redução do desmatamento.

Além disso, o IPAM tem focado em vários trabalhos mais direcionados ao chão, a pequenos produtores, a assentamentos, a agricultura familiar, povos indígenas, mas, nos trabalhos que desenvolvemos, a base do trabalho do IPAM é que esses trabalhos venham com conhecimento científico, que já está disponível e, também, de estudos e trabalhos que temos desenvolvido e publicado em periódicos internacionais.

Hoje o IPAM conta com aproximadamente 125 colaboradores que estão distribuídos em 10 escritórios em 4 Estados. A nossa sede fica em Brasília e um desses escritórios, o escritório de Canarana, funciona como base, onde desenvolvemos a maior parte do conhecimento científico do IPAM. Esse escritório é coordenado pelo Dr. Paulo Brando e nós temos desenvolvido vários trabalhos no sentido de tentar entender o que está acontecendo com a floresta com o impacto do fogo, com o impacto do desmatamento e com o impacto das secas, e o que temos é que estamos num período de mudanças muito rápidas.

Ainda não entendemos o que realmente está acontecendo, mas temos fortes indícios de como o fogo, a seca e o próprio desmatamento regional afetam a floresta e o clima local. Esse trabalho foi produzido por esse grupo de Canarana, coordenado pelo Dr. Paulo Brando, em parceria com a UNB e o *The Woods Hole Research Center* dos Estados Unidos. Ele foca como a expansão da agricultura e o desmatamento estão mudando o clima local de uma determinada região.

Já falamos bastante aqui de como o desmatamento tem afetado e progredido na Amazônia. Aproximadamente 20% da Amazônia já foi desmatada e convertida para outros usos. Apesar de termos uma intensa redução nas taxas de desmatamento desde 2005 e apesar de 54% da

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

floresta remanescente estar legalmente protegida, seja por ser unidade de conservação ou terras indígenas, nós ainda temos altas taxas de desmatamento.

Estávamos comentando como o desmatamento vinha reduzindo em 2013 e 2014, mas em 2015 ele voltou a crescer, e esses desmatamentos têm influência direta no clima regional.

Essa mudança é além das mudanças previstas pelas alterações no clima global. Então, se temos modelos climáticos globais que estão predizendo um aumento da frequência e intensidade de secas e aumento da temperatura, com a mudança do clima regional, a mudança global, então, é aditiva ou multiplicativa. Essa alteração se soma.

Nesse caso, a expansão da agricultura sobre a floresta tropical pode gerar um aumento na temperatura e reduzir os regimes de chuva por diversos mecanismos, como foi exposto já pelo Antônio Nobre.

Temos também vários estudos recentes que sugerem que a perda da floresta tem aumentado o período de seca em algumas partes da Amazônia, como já foi exposto. Isso também tem gerado aumento de componentes individuais no balanço de energia com a temperatura de superfície, reduzindo a evapotranspiração, que é o vapor de água que a floresta envia para a atmosfera e, como consequência, também reduzindo a formação de nuvens.

Nesse trabalho, tínhamos algumas perguntas um pouco mais específicas. Sabíamos que o desmatamento estava afetando de maneira geral o clima da floresta. O que queríamos saber, aqui, no caso, eram três perguntas principais. A primeira: como as alterações específicas, mudança do uso da terra, afetam o clima local? Faz diferença se eu converto floresta para paisagem, floresta para agricultura ou pastagem para agricultura? Essas são as principais formas de conversão que nós temos do uso da terra na Amazônia hoje?

A segunda pergunta: qual é a contribuição do desmatamento recente nas mudanças observadas no clima local?

E a terceira: como as áreas protegidas mitigam, reduzem impacto das mudanças observadas no clima local?

Para desenvolver esse trabalho, focamos na bacia do Xingu e trabalhamos com o mapa de uso da terra e como esse uso mudou de 2001 para 2010. Em vermelho temos as áreas de agricultura; em amarelo, pastagens; em verde escuro, floresta; e em verde claro, cerrado. O nosso objetivo, então, era variar o que acontecia com o clima local, quando tinha uma mudança da floresta para algum desses usos.

Nós comparamos isso com imagem de satélite. Tem uma série histórica que nos mostrava ano a ano e mês a mês qual era a temperatura da superfície que estava sendo medida e qual era a evapotranspiração, qual o vapor de água que estava sendo mandado para a atmosfera e como era essa alteração do uso da terra. Relacionamos isso, então, com as mudanças com esses componentes do clima local.

Aqui vou apresentar, principalmente, a temperatura de superfície e a evapotranspiração, que é esse vapor de água.

Para responder a primeira pergunta de como uma alteração específica na mudança do uso da terra afeta o clima local, o que observamos foi que, entre 2001 e 2010, 12% da região de floresta do Xingu foram convertidos ou para agricultura ou para pecuária. A maior parte, aqui em vermelho, foi para pastagem, de floresta para pastagem; tivemos uma parte de floresta para agricultura; e de pastagem para agricultura.

Isso gerou uma redução de cobertura florestal de 61% para 49% da Bacia do Xingu, então, depois desse período, já tínhamos menos de 50% do Xingu como área florestal.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – Doutora, nesse caso, quando a senhora fala de floresta do Xingu, não é só Parque Nacional do Xingu, não. Não é?

A SR^a CAROLINE CORREA NÓBREGA – Não! É a bacia toda, toda a Bacia do Xingu, no interior e no exterior do Parque, dentro e fora.

Na região em que tivemos a transição de floresta para agricultura, observamos que houve uma redução de evapotranspiração, ou seja, de vapor de água que era mandado para a atmosfera, de 32%; nas áreas convertidas de floresta para pastagem, essa redução foi de 24%; e nas áreas convertidas de pastagem para a agricultura essa redução foi de 7%.

Quando nós olhamos para a temperatura o que nós observamos foi que as áreas convertidas de floresta para agricultura tiveram um aumento de mais de 6°C na temperatura ao longo desse período; de floresta para pastagem, o acréscimo foi de 4,3°C; e de pastagem para agricultura esse acréscimo foi de 1,8°C. O primeiro resultado interessante que nós percebemos é que faz diferença se é agricultura ou se é pastagem. A agricultura gera um aumento, uma redução maior de evapotranspiração e aumento da temperatura, mas como a conversão de floresta para pastagem foi muito maior que para a agricultura quando vamos olhar em números absolutos o que nós tivemos é que a pastagem contribuiu bem mais para o aumento da temperatura e redução de evapotranspiração para a região da Bacia do Xingu.

Para responder a segunda pergunta: qual é a contribuição do desmatamento na década de 2000 nas mudanças observadas no clima local? A mudança de uso do solo gerou um aumento de 0,3°C na Bacia do Xingu nesse período. E - eu já comentei - como grande alteração, a maior parte da alteração veio da conversão de floresta para paisagem, 0,2°C de aumento da temperatura deve-se a essa conversão de floresta para pastagem, 0,07°C da conversão para agricultura e com contribuição menor de pastagem para agricultura, que é 0,03°C.

A mudança de uso do solo gerou uma redução de 2°C de evapotranspiração para toda a Bacia do Xingu que seria esperada num cenário sem desmatamento nesse período. Imaginem os *slides* do Nobre! Temos 2% de todo aquele volume de água que deveria ser mandado para a atmosfera e que seria esperado. Ele deixou de existir.

No cenário sem desmatamento histórico essa evapotranspiração deveria ser, na verdade, 6% maior do que foi observado em 2010 e a temperatura deveria ser 0,7°C menor do que... Isso, a temperatura média da Bacia. Ela deveria ser 0,7°C menor do que nós observamos.

A intensa expansão da agricultura aqueceu a Bacia do Rio Xingu e reduziu a evapotranspiração regional. As recentes alterações do solo geraram rápidas alterações do clima regional e um padrão semelhante é esperado para que tenha acontecido em outras áreas da Amazônia, também, que estão localizadas, como a Bacia do Xingu, no arco do desmatamento. Um resultado muito interessante desse trabalho é que esse aumento da temperatura foi superior ao atribuído às mudanças climáticas. No ano passado nós tivemos a triste notícia de que pela primeira vez o planeta alcançou um grau de aumento de temperatura se comparado às médias históricas do período pré-industrial. Aqui em uma década, nós observamos um aumento de 0,3° C na temperatura de superfície pela conversão que existiu. Então, nós temos um aumento e uma transição muito rápida. Não estamos nem considerando o desmatamento que existia antes, mas simplesmente essa conversão que existiu entre 2001 e 2010 gerou essas mudanças que foram muito rápidas e pronunciadas. Elas são realmente significativas.

Como já foi abordado anteriormente essas mudanças geram impacto no regime de chuva, no escoamento de rios e riachos e em processos ecológicos dos quais a agricultura depende,

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

mas não só a agricultura. Também, temos que pensar nos parques nacionais, nas áreas protegidas. Elas, também, estão sendo afetadas por esses processos que se alteraram nesse período.

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Doutora, é nessa bacia que nascem dois dos mais importantes rios do Estado, o Rio Teles Pires e o Rio Xingu. Estão aí. Nascem na região de Paranatinga, sem citar outros rios, mas esses dois gigantes rios nascem aqui, sobem para encontrar o Rio Juruena e formar o Rio Tapajós. E o Rio Xingu, também, sobe e vai desembocar lá em cima. Dois dos mais importantes rios do Estado estão justamente nessa Bacia do Xingu.

A SR^a CAROLINA CORRÊIA NÓBREGA - Sim.

Essa análise que nós fizemos é muito focada no clima local e nas mudanças locais, mas como já foi mostrado esses impactos não se resumem ao local. Então, Lucas do Rio Verde se beneficia dessa floresta preservada e, também, é afetado por esse desmatamento, como é o caso desses rios que nascem na região do Xingu e vão alimentar outros rios muito importantes.

Então, nós respondemos as duas primeiras perguntas: como essas alterações específicas afetam o clima regional local e como o desmatamento recente está afetando esse clima.

E a nossa última pergunta é como que a existência de áreas protegidas mitiga ou reduz os impactos das mudanças observadas no clima local.

E aqui o que fizemos foi comparar realmente o que tínhamos dentro do Parque do Xingu, que está no centro, com a área externa. Quando batemos o olho, quando olhamos o mapa já percebemos que as áreas mais vermelhas indicam maior temperatura. Intuitivamente percebemos que fora do Parque a temperatura é bem maior do que dentro do Parque. Apesar de o Parque Indígena do Xingu representar, apenas, 19% da área da Bacia do Xingu, 29% da evapotranspiração, ou seja, do vapor de água que sai da Bacia, vem de dentro do Parque.

Quando comparamos a temperatura dentro e fora do Parque observamos uma diferença bem expressiva. Dentro do Parque temos esses pontos em verde e fora são os pontos em azul. Em 2001 a temperatura fora do Parque já era 1.9°C maior do que dentro e com essas mudanças que tivemos, essas conversões ao longo dessa década, em 2010 essa diferença aumentou e fora do Parque, então, passou-se a ter 2.5°C a mais, temperatura superior, do que dentro do Parque. Uma tendência que é muito interessante é que percebemos que dentro do Parque ele mantém uma temperatura constante e fora ano a ano observamos uma tendência de aumento na temperatura observada.

Outro resultado superinteressante é que o parque não reduz a temperatura só às áreas de florestas preservadas dentro do parque não reduzem simplesmente a temperatura interna, mas, também, de toda a bacia. O parque, então, afeta todo o clima regional.

Se o parque tivesse sido desmatado, seguindo o mesmo padrão externo de conversão para pecuária e agricultura, a temperatura regional de toda a bacia deveria ser 0.5°C maior que observado em 2010.

A conversão de áreas de florestas para pastagem e agricultura poderia resultar em um aquecimento de até 1.7°C da temperatura acima da média regional observada. E aqui não só a área de floresta dentro do parque, mas, também, como um todo.

Então, o que nós temos aqui é que as alterações do clima local, observadas nesse estudo, podem ajudar a explicar atraso na estação de chuvas que está ocorrendo em outras regiões da Amazônia, que são resultados da expansão em larga escala da agricultura.

Se essas tendências persistirem, elas têm o potencial de alterar a produtividade das culturas e forçar uma mudança na estratégia de cultivo, que foi perfeitamente exemplificado pelo

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Antônio Nobre. E um exemplo, que ele citou, foi justamente da diferença de Lucas do Rio Verde e de Querência, que se essa estação seca começa a aumentar, nós podemos ter uma influência na redução de números de plantios que a estação chuvosa pode suportar.

Nós temos trabalhado com pequenos produtores e com povos indígenas nessa discussão de mudanças climáticas e mudanças que eles estão observando. E é alarmante como temos escutado vários depoimentos e várias narrativas de como a época da chuva demorou a chegar e quando ela chegou veio a praga e reduziu a produtividade.

Eu acho que as pessoas que estão mais diretamente ligadas a terra já estão observando isso de maneira ainda mais do que quem está na cidade. Nós já temos várias narrativas.

Existem modelos regionais que sugerem que as mudanças na precipitação podem reduzir a produção de alimentos na Amazônia em mais de 30% em 2050. Nesse sentido, as áreas de proteção, sejam elas públicas na forma de unidade de conservação e terras indígenas, e as áreas privadas, seja reserva legal, APPs, elas possuem um papel crítico na redução dos impactos causados pelas mudanças do uso do solo.

Então, a manutenção dessas áreas protegidas é estratégia na mitigação e no combate às mudanças climáticas.

Hoje manter floresta não vai simplesmente afetar as emissões do gás de efeito estufa, mas, também, vai ser uma estratégia de adaptação a essas mudanças que vão acontecer.

Na ciência não discutimos se as mudanças vão acontecer. Não sabemos que vão acontecer. O que nós estamos discutindo é qual vai ser a intensidade. É isso que estamos discutindo aqui hoje, qual o tamanho da mudança que estamos dispostos a experimentar.

Eu só queria deixar duas mensagens principais desse estudo. Eu acho que são os dois resultados principais: o primeiro, é que a expansão da agricultura... Os nossos dados suportam que essa expansão da agricultura aqueceu a Bacia do Rio Xingu e reduziu a evapotranspiração regional e as áreas de proteção público-privada possuem um papel crítico na redução desses impactos pela mudança do solo.

Eu trabalho muito com povos indígenas e quando apresento esse resultado, eu falo: olha só, o que vocês preservaram, o que foi preservado aqui dentro do Parque Indígena do Xingu afetou também a produtividade fora do parque. Eles ficam chocados! E o pedido que eles fazem é: "Está todo mundo falando que nós estamos fazendo errado, porque estamos preservando a floresta. Vocês tem que contar para todo mundo que o que estamos fazendo está ajudando. O que estamos fazendo não é errado, estamos fazendo certo."

Eu acho que essa é uma das mensagens principais, o fortalecimento das áreas protegidas.

Então, que as unidades de conservação e as terras indígenas cumpram o seu papel da mesma forma com que a reserva legal e a APP sejam respeitadas.

É isso. Muito obrigada! (PALMAS).

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – A Assembleia Legislativa é que agradece a Dr^a Caroline Correia Nóbrega pela excelente exposição.

Parabéns! Bem jovenzinha ainda, já é doutora! Parabéns, doutora! A senhora quando tiver a idade do Antônio Nobre estará melhor do que o Nobre (RISOS). Se Deus quiser!

Vamos ouvir agora a Dr^a Ana Luiza Peterlini, Promotora de Justiça no Estado de Mato Grosso, que recentemente dirigiu a Secretaria de Estado de Meio Ambiente por um período de aproximadamente um ano e dois meses, até que o Supremo Tribunal Federal tomou uma decisão, em

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

nível nacional, determinando o retorno dos membros do Ministério Público as suas respectivas instituições. Decisão nacional! Senão, estaríamos com ela até este momento.

Uma grande companheira, com quem tive o privilégio de conviver, uma pessoa dotada de extremo espírito público.

Com a palavra, a Dr^a Ana Luiza Peterlini.

A SR^a ANA LUIZA ÁVILA PETERLINI DE SOUZA – Bom dia a todos!

Primeiramente, eu queria agradecer o convite feito pelo Sérgio Guimarães e parabenizar o ICV por esta iniciativa que, sem dúvida nenhuma, junto com a Assembleia Legislativa, evidentemente, traz ao conhecimento uma discussão importantíssima não só para o Estado de Mato Grosso, mas para o País todo.

Eu queria agradecer o Deputado Wilson Santos, também, pelo convite e por esta oportunidade; cumprimentar todos os integrantes da mesa, todos os presentes, todos aqueles que estão ouvindo a TV Assembleia Legislativa.

Falar depois do Dr. Antônio Nobre e da Caroline, que nos trouxe aqui conhecimentos científicos sobre a importância da floresta, sobre a importância de se preservar este bem ambiental tão fundamental para a vida, é uma tarefa muito difícil.

Eu não tenho condições nem de apresentar *slides*, porque eles trouxeram aqui gráficos que são reveladores, reveladores daquilo que a ciência já grita há muito tempo, mas que a ignorância humana insiste não enxergar.

Nós temos uma apresentação, que foi feita aqui, que nos mostra, sem sombra de dúvida, o quanto a floresta é importante para o clima, não só brasileiro, mas o clima mundial. Isso tem reflexos na vida das pessoas, não só no meio ambiente, porque a proteção do meio ambiente tem um fim maior, que é proteger a vida, e quando falamos em defender o meio ambiente, falamos não só na defesa do meio ambiente para nós, para o presente, mas para as futuras gerações.

É difícil entendermos que a defesa ambiental é intergeracional, é intergerações. Nós temos responsabilidade com os nossos filhos, com os nossos netos, bisnetos, e assim por diante.

Mas parece que não. A ignorância insiste em vedar os nossos olhos para que não enxerguemos muitas vezes o óbvio e esse reflexo da ciência muitas vezes não o vemos na nossa legislação.

Os nossos legisladores - e vou falar mais especificamente sobre o Código Florestal - não se apropriaram desse conhecimento científico para refletir isso na legislação, infelizmente. Então, as oportunidades que nós temos de avançar muitas vezes acabam retrocedendo.

Eu não poderia falar de combate a desmatamento sem falar do Código Florestal, que é um instituto que regulamenta e normatiza a proteção da floresta.

Nós tivemos em 2012 a edição do novo Código Florestal depois de muita discussão.

Evidentemente o Congresso Nacional contempla vários interesses e é muito difícil, às vezes, chegar àquela legislação ideal. Então, por vezes, tivemos discussões muito intensas que acabaram trazendo avanços e retrocessos.

O Código, nesse aspecto da proteção da floresta, acabou por diminuir as áreas protegidas de floresta e de reduzir a recuperação de passivos ambientais.

Então, nós tivemos uma redução de áreas a serem restauradas, de áreas de preservação permanente, por exemplo, tivemos a consolidação de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e turismo rural em áreas de reservas permanentes existentes em 22 de julho de 2008.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Tivemos uma redução substancial das áreas a serem recuperadas. Aquilo que era uma obrigação nossa de recuperarmos a APP na sua integralidade passou a ser uma recuperação parcial, aquilo que nós chamamos de “APP escadinha”. Então, imóveis rurais de até um módulo só recuperam a mata ciliar em cinco metros, independente da largura do rio; depois em oito, em quinze, em trinta metros dependendo do tamanho do imóvel.

Nesse aspecto, tivemos, sem dúvidas, uma redução substancial da necessidade de recomposição dessas áreas, que são espaços territoriais importantíssimos para preservação da água - e eu não vou falar mais do que o Sr. Antônio Nobre falou para nós porque ele foi muito claro e detém de um conhecimento que não detenho dessa importância.

O mesmo aconteceu também com relação à redução as áreas a serem restauradas de Reserva Legal. Então, nós tivemos uma consolidação de atividades também; atividades já existentes até 22 de julho de 2008. Quem exercia as atividades nessa época, e havia déficit de reserva, não precisa recompor naquele local, pode utilizar-se da compensação.

Tivemos a dispensa de Reserva Legal para imóveis rurais de até quatro módulos. Aqueles que tinham déficit não são obrigados a recuperar, nem compensar, permanece com o remanescente de vegetação que existia na época, 22 de julho de 2008, e outras tantas medidas que foram também incorporadas como a possibilidade de você compensar os seus passivos de Reserva Legal em outra bacia hidrográfica, em outro Estado, como se você pudesse compensar o dano causado aqui no Estado de Mato Grosso lá no Estado do Piauí. Fere um pouco a lógica do que é recuperação do dano e restauração *in natura* das áreas.

Felizmente no Decreto Estadual nº402/2016, que regulamentou o Código Florestal no Estado, regulamentou o CAR, regulamentou o PRA, nós fizemos algumas restrições para tentar possibilitar a compensação da Reserva Legal dentro do Estado de Mato Grosso e com isso garantir a implementação das nossas Unidades de Conservação.

Nós temos 44 Unidades de Conservação neste Estado, 23 Unidades de Conservação de Proteção Integral que ainda precisam promover a regularização fundiária, e vocês viram pela apresentação aqui o quanto elas são importantes e fundamentais para a manutenção da floresta, do clima e da água.

Então, nós precisamos fazer a regularização desses espaços territoriais protegidos.

Mas o Código trouxe também alguns instrumentos que vão nos permitir avançar em termos de regularização ambiental.

Nós tivemos consolidado algo que já existia no Estado de Mato Grosso, que acabou sendo copiado pelo Governo Federal, que é o CAR, que depois acabou sendo sedimentado no Código Florestal.

Então, nós temos o CAR, o Programa de Regularização Ambiental e temos as Cotas de Reserva Ambiental.

É evidente que apesar de o Código ter quatro anos nós ainda estamos engatinhando na implementação desses institutos.

O grande avanço que nós temos, que é fundamental, é que, por exemplo, em Mato Grosso já temos - e o André me corrige depois na apresentação dele, porque eu não tenho dados atuais - mais de 103.000 imóveis cadastrados. Isso é um avanço. Então, hoje, nós já temos cerca de oitenta por cento das áreas de Mato Grosso já cadastradas.

Isso nos permite identificar os proprietários, fazer um monitoramento e um controle mais apropriado do desmatamento ilegal, ou mesmo legal, dessas áreas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

É possível identificar esses proprietários. Então, isso é um grande avanço, porque há muito tempo atrás a dificuldade de fiscalização, a dificuldade de se fazer monitoramento era muito grande porque não sabíamos exatamente quem estava, quem era o proprietário daquele imóvel. Hoje nós já temos esse dado.

Isso é muito revelador, porque a antiga LAU, e todos aqui devem conhecer, que é a Licença Ambiental Única dos imóveis rurais, que é uma obrigação de todo proprietário rural, até 2014 haviam sido concedidas no Estado de Mato Grosso, apesar da LAU ter sido criada em 1995, apenas 9.000 LAUs. Agora, de 2014 para cá, nós avançamos no conhecimento desse cadastro, dessas propriedades rurais, para 102.000. Isso, sem dúvida alguma, é um grande avanço para que possamos monitorar e controlar o desmatamento, porque o CAR nos permite uma gestão ambiental mais eficiente, nós conseguimos controlar não só o desmatamento, mas também a questão das queimadas.

O Dr. Antônio Nobre mostrou-nos o quanto o fogo é prejudicial à biodiversidade e é prejudicial ao clima e os reflexos que a queimada traz também no clima do país, que não ficam circunscritos a um dano local e acabam sendo um dano levado pelos rios voadores, como muito bem colocado aqui, para outros locais do nosso País.

Agora não podemos contar exclusivamente com o CAR. Precisamos avançar, precisamos efetivamente fazer regularização ambiental das propriedades para que os passivos sejam recompostos. Temos muito déficit de reserva legal e temos muitos déficits de área de preservação permanente degradada. Só será possível o avanço com a implantação do Programa de Regularização Ambiental-PRA.

O PRA foi implementado com o Decreto Estadual nº 402, só que, para que de fato ele aconteça, precisamos que o sistema do Governo Federal, que é o SICAR, funcione. Enquanto esse sistema não nos der a ferramenta necessária para a regularização desses passivos, Mato Grosso ficará de mãos atadas. Eu tenho certeza, conversando com o Secretário Carlos Fávaro e com André, que é o Secretário Executivo, que eles estão empenhando esforços, assim como na minha gestão eu empenhei para que isso acontecesse.

Mato Grosso sempre foi vanguarda na defesa e na regularização das propriedades rurais e precisa continuar avançando.

Então a implementação do SICAR é algo fundamental.

Foi colocado aqui também a curva do desmatamento no Estado de Mato Grosso, já muito conhecida. Nos últimos dez anos, de 2004 até agora, houve uma redução de cerca de 90% das taxas de desmatamento. Isso é uma redução extraordinária! Só que nos últimos dois anos, temos observado um leve aumento dessa taxa de desmatamento. E o que tem levado a isso? Nós temos fiscalização e posso dizer que, nesse período em que estive à frente da Secretária, nós priorizamos a fiscalização de desmatamento, nós colocamos toda a capacidade do órgão, seja financeira ou humana, para que pudesse acontecer a fiscalização do desmatamento. Então porque aumento? Não foi por falta de fiscalização ou foi, porque, querendo ou não, o Estado tem as suas limitações. Nós temos, infelizmente, dentro da Secretaria 45 fiscais para o Estado todo e isso para atuar em toda as áreas, não só no combate ao desmatamento, nós temos pesca, temos empreendimentos, temos fiscalização de toda as áreas. É claro que esse número é estritamente reduzido e jamais dará conta. Precisamos nos valer de quê? De um trabalho conjunto com outros órgãos de fiscalização. Precisamos trabalhar em conjunto as polícias, com o batalhão ambiental, precisamos trabalhar em conjunto com o IBAMA, com o INDEA, enfim, são órgãos de fiscalização que vão permitir um maior atendimento a essas ações ilícitas que ainda são praticadas.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

E a tecnologia hoje nos permite identificar onde está a intensidade do desmatamento. Sabemos perfeitamente onde esse desmatamento está acontecendo. Temos a região de Colniza que, há anos, desponta como uns dos principais Municípios desmatadores do nosso Estado. E ali tem uma série de razões que leva a isso. Todos nós sabemos dos problemas fundiários daquela região, da ausência de Estado num local tão longínquo.

Então as mãos do Estado precisam chegar a esses locais não só para reprimir, mas também para orientar. Como diz o professor Antônio Nobre, a ignorância é muito grande ainda. Às vezes ela é proposital, mas muitas vezes não é. Então precisamos chegar com conhecimento e levar a educação ambiental, mas também o estado tem que atuar para reprimir, porque existe muita criminalidade nessa região, existe muita criminalidade na região de Colniza e existe muita criminalidade na região de Marcelândia e Feliz Natal, que é onde está o foco de desmatamento hoje.

O Estado já pensa exatamente no combate a essa criminalidade ambiental, a essa criminalidade organizada, porque há crime organizado nisso daí. Hoje ainda é muito lucrativo praticar crime, porque a pena é muito pequena e o lucro é muito alto.

Então, pensando em como nós podemos melhorar a atuação não só priorizando ações e não só atuando conjuntamente, o Governo do Estado criou um comitê de inteligência de combate à degradação e ao desmatamento ilegal.

E eu fiz questão, na época participei da elaboração desse decreto, de colocar a degradação, porque, como o professor disse, ela não é enxergada ainda. Nós temos o conhecimento do desmatamento a corte raso, que compõe a taxa do PRODES, mas a degradação não integra essa taxa e ela é muito maior do que o próprio desmatamento a corte raso.

Precisamos, portanto, trabalhar na prevenção desses crimes ou na repressão imediata. Não podemos esperar, ao enxergarmos a prática do desmatamento ilegal, que a autuação ou o embargo daquela área venha daqui a 2 ou 3 anos. Isso não é exemplo. Isso não serve como exemplo para reprimir a criminalidade. A reação tem que ser imediata ou anteceder a prática do crime. Isso é possível ser feito, mas precisamos fazer isso de forma inteligente, trabalhando essa informação, porque é possível. Hoje nós temos uma tecnologia que nos permite esse conhecimento e precisamos utilizar essa tecnologia. E temos pessoas muito capacitadas dentro dos órgãos ambientais, dentro dos órgãos de fiscalização que podem contribuir muito com essa tarefa de trabalhar de forma inteligente o combate ao desmatamento.

Então se criou esse comitê pelo Decreto nº 480/2016 e os membros desse comitê são: a Secretaria de Estado de Meio Ambiente; a Secretaria de Estado de Segurança Pública e o INDEA. E como membros convidados que integram esse comitê, nós temos: o IBAMA, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual e a Polícia Federal. E qual é a ideia? É que nós possamos integrar essas informações e trabalhá-las de forma inteligente com todos esses órgãos dentro de um único local, podendo atuar estrategicamente para evitar ou reagir imediatamente à prática de crimes ambientais, porque, como eu disse, hoje, principalmente assistimos a uma degradação florestal praticada por uma exploração de madeira ilegal, então, hoje, temos muito manejo florestal no Estado, mas boa parte desses créditos que são lançados no manejo é usada para acobertar o desmatamento de outras áreas. Então, precisamos trabalhar não só para combater isso, mas para melhorar o nosso processo de licenciamento e de autorização. Precisamos melhorar! Temos capacidade técnica para isso. Hoje, já existe tecnologia para isso. Precisamos nos apropriar dessas tecnologias para melhorar esse controle do manejo florestal que é, sem dúvida nenhuma, o melhor instrumento para você valorizar uma floresta, mas não pode permitir, por outro lado, a

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

degradação e o desmatamento ilegal, essa criminalidade que hoje existe com esses créditos virtuais que são vendidos no mercado.

Mato Grosso, também, não precisa inventar muito a roda de como combater o desmatamento. Há muito tempo já se fala sobre isso aqui. Temos, hoje, um Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado de Mato Grosso, que é o PPCDQ-MT.

Eu demorei muito tempo para falar isto, Deputado Wilson Santos, PPCDQ-MT, porque todo mundo usa essa sigla.

Esse Plano prevê uma série de ações e de medidas que devem ser observadas pelo Estado de Mato Grosso para que consigamos alcançar o combate e a prevenção ao desmatamento e às queimadas. Não vou falar das ações, porque vai tomar certo tempo, mas quero dizer que precisamos olhar para o PPCDQ-MT e implementar as suas ações.

Dentro do PPCDQ-MT, inclusive, tem uma ação, Deputado Wilson Santos, que é fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado, que é retomarmos a discussão do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico que já foi muito discutido na Assembleia Legislativa, mas, depois, acabou sendo suspenso por uma decisão judicial. Isso há muito tempo. Já faz, pelo menos, quatro ou cinco anos. Precisamos retomar essa discussão que vai nos permitir e nos garantir desenvolver atividades econômicas nos espaços adequados dentro deste território.

E precisamos, também, além de comando e controle para o combate ao desmatamento, que, como vimos, não é o suficiente... Se a SEMA colocou sua potência máxima e não conseguiu conter o desmatamento ano passado, que, por sinal aumentou, o que mais precisamos fazer? Nós precisamos aliar ao comando e controle outros instrumentos econômicos de valorização e de valoração da floresta.

Temos no Estado a lei que criou o Sistema Estadual de RAD. Ela é de 2013, a Lei nº 9.878/2013. Precisamos nos esforçar para que o RAD se torne uma realidade. Eu tive a oportunidade de viajar para a Conferência Mundial do Clima, no ano passado, em Paris e, também, em Barcelona, e discutimos muito a implementação do RAD. O RAD é importantíssimo. Por quê? Porque a contribuição da floresta para as mudanças climáticas, talvez, seja muito maior que de qualquer outro setor, seja energético, seja de transporte. A contribuição da floresta seja reduzindo o desmatamento, seja preservando esse estoque de carbono, de gases do efeito estufa que existem, é importantíssima para que consigamos garantir as nossas florestas e valorizar esse ativo florestal tão importante que existe.

Nós temos trabalhado - estou vendo o Vinícius aqui -, discutimos muito o ano passado e tem algumas parcerias sendo firmadas com o Governo do Estado no sentido de que o RAD se torne uma realidade e que essa floresta se torne um ativo e se tornando um ativo traga rendimento para o produtor, rendimento para o Estado de Mato Grosso. Então, a implementação do RAD é, também, uma oportunidade para garantir isso.

Outros instrumentos, também, se mostram necessários para o combate ao desmatamento, como a transparência florestal. O ICV sempre fez um trabalho muito forte em cima da transparência, da necessidade da informação florestal, não só florestal, mas da informação ambiental ser disponibilizada à população. E de forma isso pode ser disponibilizado? Os órgãos ambientais têm a obrigação de tornar essa informação pública. Se nós tivermos as listas dos autos de infração, as listas de embargos por área desmatada ou todos os embargos, isso acaba gerando consequências para o produtor, para o infrator para o próprio mercado de consumo que ele está inserido. Hoje, já temos alguns mercados, por exemplo, alguns frigoríficos que não compram

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

produtos, não compram bois de áreas com desmatamento ilegal. E como eles sabem disso? Por meio da informação, da lista publicada pelo IBAMA, da lista publicada pela SEMA e de outros tantos recursos que eles próprios criaram para evitar que adquiram produtos de áreas desmatadas, mas nós precisamos aperfeiçoar essa ferramenta. Então, para isso o Estado, por meio dos seus órgãos, precisa aprimorar a transparência florestal para que possibilite ao mercado que ele faça a sua própria restrição. Isso acontece na pecuária, isso tem acontecido na soja. As grandes *tradings* de soja, também, não estão comprando soja de quem está plantando em área desmatada.

Mas evidentemente, Sérgio, que muita gente burla isso e vende para o terceiro que vende para a *trading*, que vende para o frigorífico, utiliza CPF do vizinho, da mulher, Todos são artistas para fazer isso. Todos sabem os caminhos, mas temos que começar a dificultar, porque, também, sabemos como eles agem nessa cadeia da fraude. Então, temos que começar a dificultar.

Por fim, eu queria falar - não sei se o André vai falar - um pouco sobre o Programa Produzir, Conservar e Incluir lançado pelo Governo do Estado de Mato Grosso, apresentado na Conferência de Paris e, hoje, se tornou um Programa de Estado. Esse Programa tem três vertentes, três eixos fundamentais. Ele trabalha sobre o eixo da produção, o eixo da conservação e o eixo da inclusão social. Todos esses eixos tornam o território de Mato Grosso um território sustentável. E esse Programa foi construído a várias mãos. Daí a importância desse Programa e da sua implementação. O Governo transformou isso em um Programa que foi construído pelo próprio Governo do Estado, com várias secretarias envolvidas, pela sociedade civil representada por várias ONGs que participaram da construção e integram esse comitê, porque ele, também, se transformou num comitê, e pelo setor privado. É inadmissível você imaginar que nós vamos ficar aqui criando regras e não vamos trazer aquele que tem que cumprir a regra para dentro de um programa. Então, é fundamental o setor privado participar de toda essa construção e assim foi feito.

O PCI tem metas que foram apresentadas na COP que são metas voluntárias, evidentemente, mas são compromissos políticos que o Governador Pedro Taques assumiu mundialmente e que, agora, terá que cumprir.

Então, são três eixos. O primeiro eixo é o da conservação. Houve um compromisso dele de eliminar o desmatamento ilegal não em 2030, como fez o Governo Federal, mas em 2020. Nós sabemos de todas essas dificuldades. Não é fácil você acabar com a ilegalidade, mas já houve uma redução. Então, dentro de três anos o Estado de Mato Grosso... A tolerância, hoje, já é zero. É difícil você falar olha, hoje, ninguém mais vai praticar crime, mas vamos medir todos os esforços para que isso ocorra em menor tempo possível.

Então, desmatamento ilegal zero até 2020; vamos manter o nível de vegetação nativa, dos remanescentes de vegetação nativa existentes no Estado, hoje, em 60%...

Hoje, Mato Grosso tem 60% de remanescentes de vegetação nativa e deve continuar com isso, mesmo havendo produtores que tenham direito a desmatar, porque alguns têm direito a desmatar, mas outros tantos têm obrigação de recompor. Então, essa conta tem que fechar.

E promover a regularização ambiental por meio dos instrumentos que o Código Florestal nos trouxe, que é do CAR e do PRA, fazer com essa regularização ambiental, essa obrigação de recompor esses passivos, de fato, aconteçam no chão, não só no papel e não só no sistema.

No eixo da produção o que é muito interessante que o professor colocou para nós é que a produção não está ligada ao desmatamento, portanto, precisamos investir na produção sem a necessidade de desmatar novas áreas. Temos áreas abertas, hoje, o suficiente para aumentar, dobrar e triplicar a produção do Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Ele se propôs a aumentar a produtividade em 6 milhões de hectares de pastagens degradadas. Hoje, nós temos 6 milhões de hectares de pastagens degradadas. Esses 6 milhões de hectares de pastagens degradadas serão intensificados para que parte dessas áreas seja usada para a agricultura, parte para a pecuária e parte para o reflorestamento. Então, nessas áreas é possível você intensificar muito a produção sem desmatar.

É possível - e houve o compromisso dentro do programa - que aumente a área de manejo florestal. Eu não me lembro ao certo, mas eu acho que hoje nós temos dois milhões de hectares sendo manejados, e a proposta do Governo é de que até 2030 nós tenhamos seis milhões de hectares em áreas de manejo florestal, porque é a atividade econômica mais sustentável para a região, para área de floresta.

E nós não podemos pensar em tudo isso sem pensar na inclusão do pequeno produtor. Então, o pequeno produtor que hoje, muitas vezes, está à margem da legalidade, está à margem também da sociedade, precisa ser enxergado.

Em Mato Grosso nós não temos só o grande, o agronegócio, temos o pequeno. Então, esse pequeno precisa ser inserido dentro dessa legalidade e entrar nos nossos mercados.

Hoje nós importamos de outros Estados 80% daquilo que consumimos de verduras, de frutas na nossa mesa. Será que não temos a capacidade de produzir isso aqui no nosso Estado? Será que a agricultura familiar não pode ser inserida no mercado local?

Esse é o compromisso que o Governo fez de enxergar o pequeno e de fazer essa inclusão dele, dando-lhe assistência técnica, porque, muitas vezes, ele não consegue produzir porque não sabe, aí entra a obrigação do Estado. O Estado tem obrigação de enxergar o pequeno. O grande anda sozinho. Agora, ele precisa enxergar o pequeno e de promover a regularização fundiária, porque a grande maioria do pequeno produtor vem de assentamentos que ainda não foram regularizados. E aí entra a parcela de responsabilidade muito grande dos nossos órgãos de regularização fundiária, principalmente o INCRA.

O INCRA precisa promover regularização fundiária, sob pena de ser responsável por deixar à margem da legalidade, à margem da sociedade todas essas famílias de pequenos produtores.

Deputado Wilson Santos, eu acho que esse programa é um programa fantástico, contempla esses três eixos que dão sustentabilidade ao Estado de Mato Grosso como um todo.

Então, nós temos já muitas ferramentas no Estado que precisam se tornar uma realidade.

Nós temos o Comitê de Desmatamento, o Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e Queimadas do Estado de Mato Grosso - PPCDQ-MT, o Produzir, Conservar e Incluir - PCI, e órgãos de controle e combate ao desmatamento que precisam ser fortalecidos, porque com 45 fiscais a SEMA não vai conseguir desenvolver com eficiência um controle do desmatamento.

Deputado Wilson Santos, era isso o que tinha a dizer. Agradeço o convite e coloco-me à disposição.

Obrigada! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - A Assembleia Legislativa é que agradece, Dr^a Ana Luiza Ávila Peterlini de Souza.

Como temos só oito minutos para encerrar a Audiência Pública, vamos passar a palavra ao Dr. André Torres Baby, Secretário Executivo da SEMA, que eu penso que já foi muito facilitado, ajudado, pela fala da ex-Secretária Dr^a Ana Luiza Peterlini.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Com a palavra, o Dr. André Torres Baby.

O SR. ANDRÉ TORRES BABY - Bom dia a todos!

Cumprimento o Deputado Wilson Santos, e na sua pessoa cumprimento os demais colegas da mesa; cumprimento o amigo Sérgio Guimarães e parabenizo o ICV pelos anos de vida e desejo mais prosperidade.

Com relação ao desmatamento não há muito que acrescentar. Nós fomos precedidos por quatro apresentações brilhantes e o que nos cabe, no momento, é um debate.

Se ainda houver tempo, Deputado, corroborar com as palavras da Dr^a Ana Luiza. Ela falou com muita propriedade, até porque esteve na SEMA há pouco tempo. Eu iria expor uma apresentação um pouco sobre a dinâmica do desmatamento, como está se dando, e vou comentar rapidamente a importância dessas ações que a Dr^a Ana colocou, principalmente, voltadas à agricultura familiar, aos assentamentos, tendo em vista que o desmatamento, a dinâmica de ocorrência do desmatamento tem mudado. Já não temos mais aquele desmatamento no Estado de Mato Grosso de grandes áreas. Ele tem mudado e tem se pautado basicamente entre 50 hectares, 100 hectares, um pouco mais, um pouco menos. Então, é um desmatamento um pouco mais difícil de você localizar, de você identificar, principalmente, com relação ao PRODES, que é aquele levantamento anual.

Então, temos feito uso de forma muito consistente dos sistemas de alerta ao desmatamento. Está aí o parceiro, por meio do SAD-Sistema de Alerta ao Desmatamento, por meio do próprio DETER/INPE, tentando levar as nossas equipes de desmatamento justamente para essas áreas que estão com indicativo de área de exploração e degradação florestal.

Essa é uma questão que tem sido bastante debatida e para isso o CODE, que a doutora muito bem colocou aqui, com relação ao combate ao crime organizado, voltado para o desmatamento... Sabemos dessas atividades ilícitas no Estado, daí a importância de se criar um grupo, de se criar alternativas que venham trabalhar de forma inteligente, de forma estratégica para combater esse desmatamento.

E o Estado de Mato Grosso tem um desafio, Deputado Wilson Santos, nós saímos, de 2004, 2005, da ordem de 11 mil quilômetros quadrados de desmatamento e hoje estamos na ordem de mil, mil e quinhentos quilômetros quadrados de desmatamento. Temos, ainda, essa gordurinha pequena para queimar, entre zero e mil e quinhentos quilômetros quadrados de desmate. É a parte mais difícil. E é isso muito bem que a Dr^a Ana colocou.

Como o desmatamento, hoje, é pequeno e está muito pulverizado no Mato Grosso, em termos de região sabemos onde ele está, mas, devido à localização e o tamanho, é difícil o seu combate. E muito bem ela colocou, a nossa equipe de fiscalização é um pouco deficitária em número de contingente e pessoal. Aí nós temos nos associado às demais instituições para combater o desmatamento.

Está aqui o Alan, colega do IBAMA que tem feito uma composição muito boa conosco; a Polícia Rodoviária Federal; a Polícia Ambiental; a Polícia Militar; a Polícia Civil, por meio da DEMA; a Polícia Federal; o próprio Ministério Público tem nos auxiliado; a FAMATO; as Organizações não governamentais também, as organizações do setor produtivo. Então, o momento é justamente de união, de somarmos esforços para combater esse desmate ilegal e cumprirmos, assim, as propostas e as metas que o Governador Pedro Taques muito nos colocou, não só à Secretaria de Estado de Meio Ambiente como a todas as Instituições e a todos os mato-grossenses que aqui vivem.

Da minha parte é isso, Deputado Era só um resumo e um alerta a essa dinâmica nova do desmatamento que tem ocorrido no Estado de Mato Grosso.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Estou à disposição para o debate. Muito obrigado! (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) – O próximo é o Deputado Dilmar Dal Bosco, que estava no Gabinete.

Deputado, Vossa Excelência dispõe de cinco minutos e nós vamos encerrar com a sua fala.

O SR. DILMAR DAL BOSCO – Sr. Presidente, meu amigo e Líder do Governo, Deputado Wilson Santos.

Eu cheguei ao meu Gabinete às 06h e não consegui despachar o suficiente, não consegui vir para esta importante Audiência Pública e, ainda, tenho médico. Mais um dia da semana sem almoço.

Uma Audiência Pública para discutir a situação do desmatamento em Mato Grosso, suas consequências, alternativas para o fim do desmatamento, da restauração florestal, estratégica para o desenvolvimento sustentável do nosso Estado.

Eu estava ouvindo atentamente, e quero parabenizar a Peterlini, e a trato de Peterlini pela liberdade e amizade que tive como grande Secretária de Meio Ambiente do Estado de Mato Grosso e como Promotora Pública.

Eu não venho falar da situação contra ou a favor. Eu sou totalmente contra desmatamento ilegal.

Agora, nós... Vejo que vários fatores proporcionam isso e muitas vezes temos que ir *in loco* realmente ver qual é a situação e por que acontece.

Nas últimas falas, passando no corredor, consegui escutar a ex-Secretária, Promotora Ana Peterlini, que falou de uma coisa que eu acho uma das mais graves ambientalmente no nosso querido Estado de Mato Grosso, talvez no País.

Muitas vezes as leis são criadas em gabinetes, criadas numa sala, são um tanto caolhas à situação ambiental brasileira, nas últimas falas da ex-Secretária, a questão de assentamentos.

O País criou realmente grandes favelas rurais em assentamentos no Brasil.

No Estado de Mato Grosso um ou outro assentamento tem a característica do desenvolvimento, com a presença da iniciativa privada no fomento para sua existência, mas a maioria não sobrevive muitas vezes pela falta de assistência, ou ausência do Governo Federal e em muitos assentamentos também do nosso Governo do Estado, são 112 assentamentos do Governo do Estado em Mato Grosso, que não têm assistência, dando condições e dignidade...

Primeiro, pela característica pela qual a pessoa foi assentada, quando escolhida pela reforma agrária, tanto do Estado de Mato Grosso, quando do Estado brasileiro, pela característica ele poderia ser uma pessoa propícia a ter sua terra e foi assentado em assentamentos que hoje praticamente são homologados pelo tempo porque nunca tiveram uma ação.

Como aquele ser humano vive? Muitas vezes o desmatamento ilegal ou...

As leis cobram do setor produtivo do Estado de Mato Grosso, do pecuarista, do agricultor, ele tem que respeitar a lei, mas ao Estado, que deveria estar presente, não se aplica a mesma lei.

Basta ver o Corpo de Bombeiros, o Corpo de Bombeiros hoje cobra taxa de combate ao incêndio, algumas regulamentações a todos os empreendedores do Estado de Mato Grosso, mas o próprio prédio não é adequado pela exigência que faz à pessoa particular.

Então, estava ouvindo atentamente, anotando, escrevi rapidamente...

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

O problema de todos os assentamentos: primeiro, são assentamentos de dez, quinze, vinte, trinta anos consolidados e não têm sua regularidade ambiental.

Como sobrevive lá? Vai sobreviver de alguma ilegalidade.

Agora, por exemplo, Novo Mundo, Guarantã do Norte, Cláudia, Sinop, Lucas do Rio Verde, Juína, Castanheira, Juruena, em cima de um projeto belíssimo, de uma *holding*, um projeto belíssimo de conservação da nossa floresta, invadidos. Invadidos por assentados ou por movimentos sociais? Não. Invadidos por bandidos que querem grilar a terra de proprietários.

Só na região de Juína 6.000 de hectares de desmatamento ilegal.

Eu ouvi atentamente a Peterlini falando de ação do Governo. Tem, sim, que se unir.

Falei ao Ministro do Meio Ambiente agora no dia 30, eu e o Deputado Wilson Santos estivemos em Brasília juntos, de vários fatores.

Tem a Portaria nº 443, a Instrução Normativa nº 01, do início de 2015, de estudiosos ambientalistas do Rio de Janeiro, que sequer vieram fazer um estudo no Estado de Mato Grosso, que falam, quanto aos projetos de manejo, que onde tem uma área, por exemplo, de 1.000 hectares, 200 a lei permite, o Código Florestal Brasileira permite, a abertura ou o projeto de manejo, que é o único mecanismo da preservação ambiental das nossas florestas, tendo alguma árvore vulnerável não pode acontecer. É uma visão caolha da lei que fizeram.

Então, onde lá... A sobrevivência do projeto de manejo iria dar o oxigênio necessário para que aquela nova árvore, oriunda da mãe, realmente cresça, mas a maneira de fazer um projeto, não pensado, não discutido, proíbe. Fica ruim. E vai para a ilegalidade.

Hoje, pelo que o Governo Federal quis fazer com o CAR, que virou SICAR que não funciona, infelizmente o sistema não funciona, e não adianta por técnicos *expert* dentro da Secretaria de Meio Ambiente se o próprio Governo Federal faz um programa que o empreendedor, o empresário, quem vem, quem veio, como sempre falei, meu falecido pai que agora faz cinco anos de falecido no dia 19 deste mês, quando veio ao Estado de Mato Grosso ia ser multado se não abrisse as áreas, ia ser multado se não abrisse mais próximos dos rios por causa da malária, o mesmo Estado vem agora com essa questão do CAR.

Quer dizer, você faz uma identificação, se autodeclara incompetente ou se autodeclara para uma grande multa e o próprio Estado brasileiro não fez nenhum mecanismo que pudéssemos...

Então, o desmatamento ilegal dentro do Estado de Mato Grosso tem que ver realmente sua procedência.

Nós temos que fazer uma ação, como a Dr^a Ana Luiza Ávila Peterlini falou, com a Polícia Federal, o IBAMA, Ministério Público, a Justiça do Estado de Mato Grosso, a Secretaria de Meio Ambiente, a Secretaria de Segurança Pública, para que façamos uma ação para vermos onde está realmente o nosso desmatamento ilegal.

A maioria dos empreendedores do Estado de Mato Grosso está fazendo o seu CAR, querendo fazer o Cadastro Ambiental Rural, mas que tenha o programa de regularização ambiental rural para que ele possa oferecer a sua regularidade ambiental.

Nós não proporcionamos isso, ainda.

Então, o foco...

Muitas vezes é pela ilegalidade que as coisas acontecem, pela dificuldade que acontecem. Criam algumas coisas e realmente vai para esse fator.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Cinquenta por cento do Estado de Mato Grosso, ou seja, 06 milhões e 500 mil hectares são, sim, do micro, pequeno, médio e grande empresários na agropecuária, na agricultura, que fazem o desenvolvimento deste Estado, deste País, porque somos hoje praticamente 26% da produção brasileira, mas 06 milhões e 500 mil hectares de assentamentos, que não têm a presença, Dr^a Ana Luiza Peterlini, como a senhora falou há pouco, não tem presença, não tem assistência.

Como sobrevive? Sobrevive de algumas coisas de forma ilegal.

Eu fiz algumas denúncias, inclusive de assentamentos, de onde estava, todos os dias, saindo madeira de forma ilegal, porque não tinha o projeto de manejo.

Então, vim tarde, não consegui vir antes, Deputado Wilson Santos, mas quero lhe agradecer e lhe parabenizar pela Audiência Pública.

Eu não consegui ouvir os oradores que me antecederam, peço desculpas, mas vim aqui para dar o meu parecer sobre a questão de cada setor.

Como a própria Dr^a Ana Luiza Ávila Peterlini, projeto de manejo realmente é uma preservação florestal e não uma destruição das nossas florestas. Por isso eu acredito...

Como legislador também sou totalmente contra o desmatamento ilegal.

Eu só queria contribuir e parabenizar por esse tema tão importante.

Peço perdão ao Líder do Governo, Presidente desta Audiência Pública, Deputado Presidente Wilson Santos, gostaria de estar mais aqui para escutar cada orador e realmente aferir e o meu posicionamento.

Quero só agradecer!

Espero ter contribuído e espero que Vossa Excelência leve este debate para que possamos avançar, e avançar muito, porque nos preocupamos, e me preocupo muito com o meu querido Estado de Mato Grosso, porque precisamos pensar na nossa geração futura. Esse que é o grande caminho.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Muito obrigado, Deputado Dilmar Dal Bosco, Vossa Excelência, sem dúvida, fez a diferença para que pudesse apresentar o contraponto e enriquecer esta importante Audiência Pública e realizaremos outras audiências públicas para discutir o tema.

Passarei a palavra ao Alan, que neste ato falará em nome do IBAMA, seccional Mato Grosso. Após a fala dele, vamos suprimir o Hino de Mato Grosso e partiremos para o encerramento, tendo em vista o adiantado da hora. Já vamos iniciar outras atividades pela *TV Assembleia Legislativa* e também nas Comissões.

Muito obrigado.

O SR. ALAN - Eu gostaria de agradecer aos pesquisadores que elucidaram bastante o tema. Toda essa discussão legal tem que ser pautada com base na informação científica.

Eu gostaria de falar um pouco sobre a fiscalização.

Hoje o papel principal do IBAMA, dentro da política do desmatamento, é a fiscalização. Eu entendo que é um instrumento muito importante, assim como o licenciamento, na política pública do combate ao desmatamento.

Só aproveitando um pouco a palavra do Sérgio, os índices de desmatamento em Mato Grosso aumentaram em 40% entre 2014 e 2015. Atualmente, com base no DETER-Detecção de Desmatamento em Tempo Real, temos percebido que Mato Grosso está em primeiro lugar no ranking do desmatamento anual, dividindo o pódio com o Pará.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016, ÀS 08H30MIN.

Também citando um pouco o DETER, lembramos a importância que o INPE teve no combate ao desmatamento de 2004 para cá. Isso só foi possível graças aos sistemas que foram desenvolvidos pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e pelo DETER, que é o sistema de desmate em tempo real. Ele é a base para fiscalização, hoje. Eu falo aqui como Superintendente do Instituto, mas também como fiscal. Eu tenho ido a campo e, sem o DETER, hoje, não teríamos meios de obter os índices de controle de desmatamento que temos tido.

Então sabemos que tem tido um elevado índice de desmatamento recente e não são desmatamentos menores de 50 hectares, como, às vezes, ouvimos falar. Temos visto em campo polígonos de 200, 300, 400 hectares, que tem, inclusive, se utilizado de sistemas de gestão ambiental de má fé. Eles utilizam os sistemas criados pela SEMA de má fé para tentar ludibriar tanto a fiscalização como o Sistema Judiciário. Por exemplo, a APF-Autorização Provisória de Funcionamento, criada para fins de licenciamento, que tem sido utilizada de má fé por proprietários que têm desmatado hoje de forma ilegal. Também o laudo de limpeza de passagem é outro exemplo disso, mas, inclusive, os próprios engenheiros responsáveis pela emissão dos laudos têm sido autuados.

Hoje, quanto ao papel do IBAMA na fiscalização, ele tem trabalhado o ano inteiro em atividades de campo, e o instrumento que se utiliza hoje para a repressão do desmatamento é basicamente o embargo, é a autuação e o embargo como instrumento de controle da produção em áreas embargadas.

Eu acho, só para finalizar, Deputado, não querendo alongar mais, importante que tenha essa convergência entre o Poder Público, tanto federal, quanto estadual e até o municipal, para que se atinja essa meta. Se conseguirmos ter o intercâmbio de informações, entendo isso hoje como o meio mais viável para se efetuar o combate ao desmatamento e atingir as metas a que o Governo estadual se propôs. (PALMAS)

O SR. PRESIDENTE (WILSON SANTOS) - Encerramos esta Audiência Pública, agradecendo a todos os convidados que atenderam o convite; aos de casa que participaram assistindo; à *TV Assembleia Legislativa* pela transmissão ao vivo; à *Rádio Assembleia FM 89,5*; ao Antônio Nobre, pela verdadeira aula; ao Vinícius, que enriqueceu a nossa Audiência Pública com a sua presença; ao Sérgio Guimarães - parabéns pelos 25 anos do ICV, quero estar por aqui nos 50 anos do ICV -; ao Alan; ao Secretário Baby; enfim, a todos que prestigiaram esta importante Audiência Pública.

Muito obrigado.

Está encerrada a Audiência Pública.

Equipe Técnica:

- Taquigrafia:
 - Amanda Sollimar Garcia Taques Vital;
 - Cristiane Angélica Couto Silva Faleiros;
 - Cristina Maria Costa e Silva;
 - Dircilene Rosa Martins;
 - Donata Maria da Silva Moreira;
 - Isabel Luíza Lopes;
 - Luciane Carvalho Borges;

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO
ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA DEBATER SOBRE O DESMATAMENTO EM MATO
GROSSO E A RESTAURAÇÃO FLORESTAL, REALIZADA NO DIA 14 DE JUNHO DE 2016,
ÀS 08H30MIN.

- Tânia Maria Pita Rocha.
- Revisão:
 - Ila de Castilho Varjão;
 - Regina Célia Garcia;
 - Rosa Antonia de Almeida Maciel;
 - Rosivânia Ribeiro de França.